



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

EDITAL Nº 007/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2026

ÍNDICE

EDITAL Nº 007/2026	3
1 - DO OBJETO	3
2 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	4
3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
6 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	7
7 - DA FASE DE JULGAMENTO	9
8 - DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
9 - DOS RECURSOS	15
10 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	15
11 - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE	16
12 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	17
13 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	21
1 - DO OBJETO	21
2 - DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	22
3 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	23
4 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	23
5 - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	28
6 - DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO	29
7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO	31
8 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	34
9 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	34
ANEXO II – MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA	35
ANEXO III – MODELO DE DISPENSA DE VISTORIA	36
ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL	37
ANEXO V – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO	39



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

1 - DAS PARTES	39
2 - DO FUNDAMENTO LEGAL	39
3 - DO OBJETO	39
4 - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO	40
5 - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS	40
6 - DA SUBCONTRATAÇÃO	44
7 - DO PAGAMENTO	45
8 - DO REAJUSTE	47
9 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	48
10 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	49
11 - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	52
12 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL	53
13 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	54
14 - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL	56
15 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	57
16 - DOS CASOS OMISSOS	57
17 - DA BASE LEGAL E DA VINCULAÇÃO	57
18 - DAS ALTERAÇÕES	57
19 - DA PUBLICAÇÃO	58
20 - DO FORO	58



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

EDITAL Nº 007/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2026

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS – CREA-GO, Autarquia Pública Federal, Art. 80 da Lei 5.194/66, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.619.022/0001-05, com sede em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, na Rua 239 n.º 561, Setor Universitário, telefone: (62) 3221-6299, por intermédio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio instituídos pela Portaria n.º 122/2025, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo 30251/2026**, tornam público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, demais legislações aplicáveis e as exigências estabelecidas neste Edital, farão realizar Licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento pelo **menor preço do item único**.

DATA: 18 de maio de 2026, ou primeiro dia útil subsequente, se não houver expediente nesta data.

HORA: 09:00 horas – horário de Brasília-DF.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

CÓDIGO UASG: 389422

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a contratação de solução de armazenamento corporativo do tipo *datastore all flash*, composta pelo fornecimento, instalação, configuração, testes, documentação técnica, migração de dados, garantia e suporte especializado, com capacidade útil projetada de, no mínimo, 250 TB, incluindo cabos Fibre Channel, SFPs e todos os componentes necessários à interligação com a SAN existente, garantindo o pleno funcionamento no Data Center do Crea-GO, tomando-se como referência de especificações técnicas o modelo *Lenovo DEH4200*, ou equivalente, vedada a oferta de solução com desempenho inferior ao especificado.

1.2 - O valor total estimado da contratação é de **R\$ 1.423.750,12 (um milhão, quatrocentos e vinte e três mil, setecentos e cinquenta reais e doze centavos)**, correspondente ao valor global estimado do item único, apurado com base em pesquisa de preços realizada na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 65/2021.

1.3 - O objeto será licitado em item único, detalhado no Anexo I – Termo de Referência, em razão da interdependência técnica, operacional e funcional entre os equipamentos, licenças, serviços de instalação, configuração, migração, testes, treinamento, garantia e suporte especializado que compõem a contratação.

1.4 - A licitação será realizada na modalidade pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço global do item único, nos termos da Lei n.º 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

1.5 - A proposta deverá abranger, obrigatoriamente, a totalidade do item único, com indicação do valor global ofertado, observadas as especificações técnicas, quantitativos, requisitos de execução e demais condições estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência.

1.6 - O objeto desta licitação é classificado como bem/solução de tecnologia da informação de natureza comum, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Termo de Referência e ser passível de comparação objetiva entre as propostas pelo critério de menor preço, sem prejuízo da verificação do atendimento integral dos requisitos técnicos mínimos estabelecidos pela Administração.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

2 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, consignada no orçamento do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO para o exercício de 2026: 6.2.2.1.1.02.01.03.006 – Equipamentos de Processamento de Dados.

2.2 - A dotação relativa a exercícios financeiros subsequentes, quando cabível, será indicada após aprovação das respectivas leis orçamentárias anuais e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento ao Contrato ou outro instrumento formal adequado, nos termos da legislação aplicável.

3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar desta licitação as pessoas jurídicas legalmente constituídas e que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto desta contratação, desde que atendam integralmente às condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

3.2 - Os interessados deverão estar credenciados no sistema eletrônico disponível no endereço www.gov.br/compras, na forma exigida para participação em pregão eletrônico, responsabilizando-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome.

3.3 - O licitante é responsável exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, lances e demais atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 - É de responsabilidade do licitante manter atualizados seus dados cadastrais nos sistemas utilizados pela Administração, inclusive no SICAF, quando aplicável, devendo proceder imediatamente à correção ou alteração de informações incorretas ou desatualizadas.

3.5 - Não poderão participar desta licitação:

3.5.1 - Pessoa física ou jurídica que não atenda às condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos;

3.5.2 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, quando houver, bem como pessoa física ou jurídica que se enquadre nas hipóteses de impedimento previstas na legislação aplicável;

3.5.3 - Pessoa física ou jurídica impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.5.4 - Pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do Crea-GO, com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, observadas as hipóteses legalmente aplicáveis;

3.5.5 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, entre si, concorrendo entre si;

3.5.6 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.7 - Agente público do Crea-GO que se enquadre em hipótese legal de impedimento à participação no certame;

3.5.8 - Pessoa física ou jurídica que tenha participado do planejamento da contratação ou da elaboração dos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

documentos preparatórios desta contratação, quando configurada hipótese legal de impedimento, conflito de interesses ou violação à isonomia;

3.5.9 - Empresas reunidas em consórcio, em qualquer modalidade, nos termos da vedação constante do Termo de Referência;

3.5.10 - Licitante que declare impossibilidade de execução direta do núcleo do objeto ou que condicione a execução contratual à subcontratação integral, ou ainda à subcontratação de atividades vedadas no Termo de Referência;

3.5.11 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, direta ou indiretamente, em situação de conflito de interesses, nos termos da legislação aplicável;

3.5.12 - Organizações da sociedade civil, entidades ou pessoas jurídicas que, em razão de seu regime jurídico ou de seu objeto social, não possam assumir diretamente todas as obrigações compatíveis com a presente contratação.

3.6 - Será admitida a participação de cooperativas que atendam integralmente à legislação específica aplicável, às condições estabelecidas neste Edital e às exigências do Termo de Referência, desde que demonstrem possuir objeto social compatível, estrutura técnica e operacional apta à execução direta do objeto e que não se caracterizem como mera intermediação de mão de obra.

3.7 - As vedações previstas neste item serão interpretadas e aplicadas em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

3.8 - O licitante deverá observar, ainda, todas as demais restrições de participação decorrentes da legislação aplicável, ainda que não reproduzidas expressamente neste Edital.

4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, envio de lances e julgamento, nos termos do art. 17 da Lei nº 14.133/2021.

4.2 - Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, suas propostas de preços, correspondentes ao menor valor global do item único, relativo à execução integral do objeto descrito no Termo de Referência, até a data e horário fixados para a abertura da sessão pública, conforme estabelecido no preâmbulo deste Edital.

4.3 - No momento do cadastramento da proposta inicial, o sistema exigirá a declaração, sob pena de responsabilidade, de que o licitante:

4.3.1 - Está ciente e concorda com todas as condições do Edital e seus Anexos, e que a proposta contempla todos os custos necessários à execução integral do objeto, inclusive aqueles relativos ao cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária, tributária, normas coletivas aplicáveis, bem como os custos com fornecimento, instalação, configuração, testes, documentação técnica, migração de dados, treinamento, garantia, suporte técnico, licenciamento de softwares, equipamentos, insumos e demais encargos incidentes sobre a execução do Contrato;

4.3.2 - Não se utiliza de trabalho realizado por menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, e não submete menor de 18 (dezoito) anos a trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em observância ao art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3 - Não submete trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados, nem mantém trabalhadores em condições análogas às de escravo, em observância à legislação aplicável;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

4.3.4 - Cumpre as exigências legais de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, quando aplicáveis à sua realidade organizacional, conforme legislação vigente;

4.3.5 - O licitante enquadrado como microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou microempreendedor individual (MEI), quando juridicamente cabível, deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fins de aplicação do tratamento favorecido eventualmente cabível, observadas as condições e limitações legais.

4.4 - A falsidade das declarações implicará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo de outras responsabilidades civis, penais ou administrativas.

4.5 - Os licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas até a abertura da sessão pública. Após esse momento, não serão admitidas substituições, ressalvadas as hipóteses legalmente cabíveis.

4.6 - A classificação das propostas dar-se-á após a etapa de envio de lances, e será realizada com base nos critérios definidos neste Edital.

4.7 - Encerrada a etapa competitiva, serão observadas as regras de publicidade, sigilo e disponibilização de documentos previstas na Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação aplicável ao sistema eletrônico adotado.

4.8 - Caso a funcionalidade esteja disponível no sistema, o licitante poderá parametrizar valor final mínimo, hipótese em que o envio de lances ocorrerá de forma automática, conforme as regras operacionais do sistema e as disposições deste Edital.

4.8.1 - O sistema aplicará intervalo mínimo obrigatório entre os lances, tanto em relação aos lances intermediários quanto ao lance que igualar ou superar a melhor oferta.

4.8.2 - Os lances automáticos observarão exclusivamente o valor final mínimo parametrizado, respeitado o intervalo mínimo definido neste Edital.

4.9 - A funcionalidade de envio automático de lances será bloqueada pelo sistema quando o valor ofertado for superior ao último lance válido, observado o critério de julgamento de menor preço.

4.10 - O valor final mínimo parametrizado terá caráter sigiloso, sendo acessível apenas aos órgãos de controle interno e externo, nos termos da legislação.

4.11 - Caberá exclusivamente ao licitante acompanhar o certame no sistema eletrônico, sendo responsável por eventuais perdas decorrentes de falhas de conexão, omissão ou inobservância de mensagens emitidas pela Administração.

4.12 - Ocorrendo qualquer situação que comprometa a segurança ou a confidencialidade dos dados, o licitante deverá comunicar imediatamente o fato ao provedor do sistema, para adoção das providências cabíveis.

4.13 - Os documentos de habilitação da licitante provisoriamente mais bem classificada serão verificados prioritariamente por meio do SICAF e, quando necessário, mediante envio complementar pelo sistema eletrônico, na forma e nos prazos definidos neste Edital, especialmente no item 8 - Da Fase de Habilitação.

5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 - O licitante deverá preencher sua proposta no sistema eletrônico, contendo, no mínimo:

5.1.1 - O valor global do item único, correspondente à execução integral do objeto descrito no Anexo I - Termo de





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

Referência;

5.1.2 - A descrição do objeto ofertado em conformidade com o Termo de Referência e com as demais informações exigidas no modelo de Proposta Comercial constante do Anexo IV deste Edital;

5.1.3 - As demais informações e campos obrigatórios exigidos pelo sistema eletrônico Compras.gov.br.

5.2 - Todas as especificações, condições e características inseridas na proposta vincularão o licitante e serão consideradas parte integrante da futura obrigação contratual.

5.3 - Os valores propostos deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, incluindo, entre outros, tributos, encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais, despesas comerciais e operacionais, deslocamentos, viagens, diárias, seguros, fornecimento, instalação, configuração, testes, documentação técnica, migração de dados, treinamento, garantia, suporte técnico, licenciamento de software, equipamentos, cabos, transceptores, acessórios, suprimentos, reposição de peças e quaisquer outros necessários ao cumprimento do Contrato, sendo vedado pleitear valores adicionais a esse título.

5.4 - Os preços registrados tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não sendo admitido pleito posterior de alteração sob alegação de erro, omissão, equívoco de cálculo ou qualquer outra justificativa, ressalvadas as hipóteses legalmente cabíveis.

5.5 - O valor ofertado deverá refletir, de forma completa e exequível, o regime tributário aplicável ao licitante e todos os encargos incidentes sobre a contratação, sendo de sua inteira responsabilidade a correta formação do preço.

5.6 - Independentemente dos percentuais declarados na proposta, serão efetuadas, no momento do pagamento, as retenções tributárias legais previstas na legislação vigente, observado o regime tributário da Contratada.

5.7 - A apresentação da proposta implica compromisso formal do proponente com a execução integral do objeto, conforme as especificações do Edital e do Termo de Referência, inclusive quanto à disponibilização de todos os recursos humanos, técnicos, materiais, tecnológicos e operacionais necessários ao fornecimento, implantação, instalação, configuração, migração, testes, treinamento, garantia e suporte da solução contratada, responsabilizando-se por sua complementação sempre que exigido pela Administração, sem ônus adicional.

5.8 - A proposta terá validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de sua apresentação no sistema eletrônico.

5.9 - Havendo inconsistência entre a descrição sintética do objeto eventualmente constante da plataforma do pregão eletrônico e a descrição constante do Anexo I – Termo de Referência, prevalecerá esta última, por representar a manifestação oficial da Administração quanto às exigências técnicas e funcionais do objeto.

5.10 - Para fins de elaboração da proposta, o licitante deverá observar integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e demais normas aplicáveis às relações de trabalho de sua equipe, sendo de sua responsabilidade exclusiva assegurar que a composição de seus custos internos, ainda que não detalhada na proposta, seja suficiente para garantir o cumprimento dos direitos e obrigações legais incidentes sobre a execução contratual.

6 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio do sistema Compras.gov.br, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

6.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até o momento de início da sessão pública.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

- 6.3** - O sistema eletrônico disponibilizará canal próprio para comunicação entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4** - Iniciada a fase competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente pelo sistema, sendo informados, em tempo real, do seu recebimento e do valor registrado.
- 6.5** - O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item único, correspondente à execução integral do objeto descrito no Termo de Referência.
- 6.6** - Os licitantes poderão ofertar lances sucessivos, observadas as regras estabelecidas neste Edital e o horário previsto para a sessão.
- 6.7** - Será admitido apenas o lance de valor inferior ao último lance registrado pelo próprio licitante.
- 6.8** - O intervalo mínimo entre lances será de R\$ 1,00 (um real), aplicando-se tanto aos lances intermediários quanto ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 6.9** - O licitante poderá, uma única vez, excluir o último lance ofertado no prazo de até 15 (quinze) segundos após o registro, em caso de inconsistência ou inexecutabilidade.
- 6.10** - O modo de disputa será aberto e fechado, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável ao sistema eletrônico.
- 6.10.1** - A etapa de lances terá duração inicial de 15 (quinze) minutos.
- 6.10.2** - Após esse prazo, o sistema emitirá aviso de fechamento iminente, iniciando-se período aleatório de até 10 (dez) minutos, findo o qual será encerrada automaticamente a recepção de lances.
- 6.10.3** - Concluída a etapa aberta, o sistema permitirá que o autor do melhor lance e os demais licitantes com ofertas até 10% (dez por cento) superiores possam encaminhar lance final e fechado, no prazo de 5 (cinco) minutos.
- 6.10.4** - O licitante poderá manter seu último lance da etapa aberta ou ofertar novo lance fechado.
- 6.10.5** - Caso não haja, no mínimo, 3 (três) ofertas na condição prevista no subitem anterior, o sistema convocará os melhores classificados subsequentes, até o máximo de 3 (três), para apresentar lance final e fechado, também no prazo de 5 (cinco) minutos.
- 6.11** - Encerradas as etapas competitivas, o sistema divulgará a ordenação dos lances em ordem crescente de valor.
- 6.12** - Em caso de lances de mesmo valor, prevalecerá aquele registrado primeiro no sistema.
- 6.13** - Durante a sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do menor valor registrado, sendo vedada a identificação do autor da oferta.
- 6.14** - Em caso de desconexão do pregoeiro, o sistema poderá permanecer disponível para o envio de lances pelos licitantes.
- 6.15** - Caso a desconexão do pregoeiro persista por mais de 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e reiniciada após comunicação oficial no sistema, observada a regulamentação aplicável.
- 6.16** - O licitante que não apresentar lances concorrerá com o valor de sua proposta inicial registrada no sistema.
- 6.17** - Em caso de empate entre duas ou mais propostas ou lances finais, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:
- 6.17.1** - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.17.2** - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021;

6.17.3 - Desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.17.4 - Desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18 - Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente:

6.18.1 - A bens e serviços produzidos ou prestados por empresas estabelecidas no País;

6.18.2 - A bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

6.18.3 - A bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.4 - A bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

6.19 - Se a proposta melhor classificada permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar com o licitante, visando à obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

6.19.1 - A negociação poderá ser estendida aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

6.19.2 - A negociação será conduzida por meio do sistema, com registro acessível aos demais participantes.

6.19.3 - O resultado da negociação será registrado nos autos do processo.

6.19.4 - Após a negociação, o licitante mais bem classificado deverá, no prazo de até 2 (duas) horas, enviar proposta adequada ao valor negociado, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital.

6.19.5 - A critério do pregoeiro, o prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, desde que solicitado e justificado no chat do sistema antes do término do prazo originalmente concedido.

6.20 - Encerradas as negociações, será iniciada a fase de aceitação da proposta, com posterior julgamento pela Administração, observado o atendimento às exigências técnicas e às condições previstas neste Edital e no Termo de Referência.

7 - DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 - Encerrada a etapa de lances e, se for o caso, a negociação, o pregoeiro procederá à verificação das condições de participação e à análise da proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar no item único, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.2 - A verificação incluirá a consulta à regularidade do licitante, especialmente quanto à existência de sanções impeditivas de contratar com a Administração Pública, por meio dos seguintes cadastros:

7.2.1 - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

7.2.2 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.2.3 - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;

7.2.4 - Lista de licitantes inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União, ou consulta consolidada equivalente disponível em sistema oficial.

7.3 - A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.3.1 - A consulta poderá ser realizada também em nome do sócio majoritário, quando cabível, para fins de verificação de impedimentos legais à participação no certame.

7.4 - Para a consulta de licitantes pessoa jurídica, poderá haver substituição das consultas individualizadas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU ou por outro sistema oficial equivalente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

7.5 - Caso conste na consulta a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar a existência de eventual tentativa de burla à sanção administrativa.

7.5.1 - A tentativa de burla poderá ser verificada por meio de vínculos societários, coincidência de sócios, administradores, endereços, atividades econômicas, linhas de fornecimento ou outros elementos que indiquem continuidade empresarial irregular.

7.5.2 - O licitante será convocado para manifestação previamente à adoção de eventual decisão desfavorável.

7.5.3 - Constatada a existência de impedimento ou sanção impeditiva de participação, o licitante será excluído do certame por ausência de condição de participação.

7.6 - Caso a proposta tenha sido beneficiada pelo regime jurídico diferenciado aplicável às microempresas ou empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará o enquadramento regular da empresa, na forma da legislação aplicável.

7.7 - Verificadas as condições de participação e, quando cabível, de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado da contratação e às exigências estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

7.8 - Na análise da proposta, o pregoeiro, com apoio da área técnica demandante, verificará o atendimento integral aos requisitos técnicos, funcionais, de desempenho, compatibilidade, segurança, garantia e suporte estabelecidos no Termo de Referência.

7.8.1 - Para fins de julgamento da proposta, serão considerados, entre outros elementos, a proposta comercial, a declaração de conformidade técnica, a documentação técnica do fabricante, a carta de autorização do fabricante, os documentos comprobatórios das condições de garantia e suporte e, quando aplicável, o quadro comparativo de equivalência técnica exigido neste Edital.

7.8.2 - Sempre que entender necessário para dirimir dúvidas quanto à aderência da solução ofertada às especificações do Termo de Referência, o Crea-GO poderá promover diligências, solicitar esclarecimentos adicionais, catálogos técnicos, fichas de produto, declarações complementares do fabricante ou realizar reuniões técnicas com a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, vedada a inclusão posterior de documento destinado a suprir requisito essencial não comprovado no momento oportuno.

7.8.3 - Em caso de divergência entre as informações constantes da proposta comercial, do quadro comparativo de equivalência e da documentação técnica do fabricante, prevalecerão, para fins de julgamento, aquelas que permitam comprovar de forma mais clara e objetiva o atendimento integral às especificações mínimas exigidas, sem prejuízo da desclassificação da proposta quando a inconsistência inviabilizar a aferição técnica.

7.9 - A proposta será desclassificada quando:

7.9.1 - Contiver vícios insanáveis;

7.9.2 - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.9.3 - Apresentar preço inexecutável ou permanecer acima do valor estimado para a contratação, quando frustrada a negociação;

7.9.4 - Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.9.5 - Deixar de comprovar, de forma suficiente, o atendimento aos requisitos técnicos mínimos exigidos;

7.9.6 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital e de seus Anexos, desde que insanável.

7.10 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade proposta com valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

7.11 - A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, somente será considerada após diligência do pregoeiro, que permita ao licitante demonstrar a viabilidade e a exequibilidade de sua proposta.

7.12 - Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.13 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida manifestação escrita da área técnica demandante ou de unidade especializada no objeto.

8 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 - A habilitação da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar será verificada por meio do SICAF e da documentação complementar exigida neste Edital, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.1.1 - Na hipótese de desatualização, ausência, expiração de validade ou insuficiência dos documentos constantes do SICAF, a licitante deverá apresentar a documentação complementar necessária, na forma e no prazo definidos neste Edital.

8.2 - Habilitação jurídica

8.2.1 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.2.2 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.2.3 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

8.2.4 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.2.5 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no registro competente, com averbação no registro onde tem sede a matriz.

8.2.6 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.7 - Para fins de habilitação jurídica, será verificada a compatibilidade entre o objeto social da licitante e o objeto desta contratação.

8.3 - Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

8.3.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, inclusive contribuições sociais.

8.3.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

8.3.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, ou certidão positiva com efeitos de negativa.

8.3.5 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, quando cabível.

8.3.6 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.3.7 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda respectiva ou outro documento equivalente, na forma da lei.

8.4 - Qualificação técnica

8.4.1 - Para fins de qualificação técnica da empresa, será exigida a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a execução anterior, pela licitante, de fornecimento e implantação de solução de armazenamento corporativo em tecnologia all flash, de porte e complexidade compatíveis com o objeto desta contratação, incluindo, cumulativamente ou em conjunto, atividades de instalação física e lógica, integração com ambiente de virtualização, migração de dados e suporte técnico.

8.4.2 - Será admitido o somatório de atestados, desde que os documentos, em conjunto, permitam comprovar a aptidão da licitante para a execução do objeto.

8.4.3 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante, conforme o caso.

8.4.4 - A licitante deverá disponibilizar, quando solicitado pela Administração, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, inclusive cópia do contrato que lhes deu suporte, endereço atual da contratante e local de execução do objeto.

8.4.5 - A licitante deverá apresentar declaração formal de conformidade técnica, assinada por responsável técnico, atestando que a solução ofertada atende integralmente aos requisitos técnicos, funcionais, de segurança, de garantia e de suporte estabelecidos no Termo de Referência, bem como que é plenamente compatível com a infraestrutura tecnológica existente no Crea-GO.

8.4.6 - Será exigida carta de autorização do fabricante da solução ofertada, em papel timbrado ou meio eletrônico verificável, na qual conste que a licitante é parceira autorizada a comercializar, implantar e prestar suporte à solução proposta, com direito à garantia oficial no território nacional.

a) No caso de solução baseada no datastore *Lenovo DEH4200*, ou equivalente, deverá ser apresentada Partner Authorization Letter emitida pela Lenovo ou por sua representante oficial no Brasil, ou documento equivalente do fabricante da solução ofertada, assegurando a rastreabilidade da origem dos equipamentos e a vinculação da licitante à rede de suporte oficial.

8.4.7 - A licitante deverá apresentar comprovação de que a equipe técnica responsável pela implantação, migração e suporte da solução possui qualificação compatível com o objeto, inclusive, quando exigido no Termo de Referência, por meio de certificações pertinentes emitidas pelo fabricante da solução ofertada e/ou de tecnologias correlatas, bem como a indicação dos profissionais que atuarão na execução contratual.

8.4.8 - As condições de garantia e suporte deverão ser comprovadas por documentação emitida pelo fabricante ou por seu representante oficial, devendo demonstrar, no mínimo, o prazo de 60 (sessenta) meses de garantia, o regime



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

de atendimento 24x7 e as condições de substituição de componentes defeituosos, em consonância com o Termo de Referência.

8.4.9 - A comprovação de equivalência técnica das soluções ofertadas deverá ser realizada mediante apresentação de documentação técnica oficial do fabricante, apta a demonstrar o atendimento integral às especificações mínimas exigidas no Termo de Referência.

8.4.10 - A Administração poderá exigir quadro comparativo detalhado de equivalência técnica, elaborado com base em documentação oficial do fabricante, no qual constem, de forma objetiva, as especificações de desempenho, capacidade, compatibilidade, segurança e funcionalidades da solução ofertada em confronto com os requisitos mínimos do Termo de Referência.

8.4.11 - O quadro comparativo, quando exigido, deverá ser subscrito por responsável técnico da licitante, com indicação de registro profissional, quando couber.

8.4.12 - Sempre que entender necessário para dirimir dúvidas quanto à aderência da solução proposta às especificações do Termo de Referência, o Crea-GO poderá promover diligências, solicitar esclarecimentos adicionais, catálogos técnicos, fichas de produto e declarações complementares do fabricante, vedada a apresentação extemporânea de documento destinado a suprir requisito essencial não comprovado no momento oportuno.

8.4.13 - A exigência de referência técnica ao modelo *Lenovo DEH4200*, acompanhada da expressão "ou equivalente", observará estritamente a fundamentação constante do Termo de Referência, não implicando direcionamento indevido, desde que a equivalência seja comprovada na forma exigida neste Edital.

8.4.14 - Será exigida a apresentação de Atestado de Vistoria (Anexo II) assinado por servidor responsável do Crea-GO, ou Declaração de Dispensa de Vistoria (Anexo III), na forma prevista no Termo de Referência.

8.5 - Qualificação econômico-financeira

8.5.1 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

8.5.2 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$

$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$

$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

8.5.3 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, na forma da lei.

8.5.4 - Os documentos referidos neste item limitar-se-ão ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.5.5 - Caso a licitante apresente resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, será exigido patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.5.6 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item poderá ser comprovado por declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, sem prejuízo da conferência dos demonstrativos apresentados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

8.6 - Disposições gerais sobre a habilitação

8.6.1 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia, por cópia autenticada ou em formato digital, na forma admitida pela legislação aplicável.

8.6.2 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6.3 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.6.4 - Será verificado se o licitante apresentou, no sistema, declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6.5 - O licitante deverá apresentar declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais e nas convenções coletivas vigentes na data de entrega das propostas.

8.6.6 - Somente será necessária a apresentação de documentos originais não digitais quando houver dúvida quanto à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.6.7 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão de seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder imediatamente à correção ou alteração dos registros quando identificar incorreção ou desatualização.

8.6.8 - Para fins de verificação das condições de habilitação, o pregoeiro poderá realizar consultas diretas em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos meio legal de prova.

8.6.9 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.6.10 - A verificação no SICAF e a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante provisoriamente mais bem classificado.

8.6.11 - Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

8.6.12 - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; ou

8.6.13 - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.6.14 - Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos nem sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

8.6.15 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, observados os procedimentos e prazos previstos neste Edital.

8.6.16 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

atenda ao Edital, após concluídos os procedimentos de habilitação.

8.6.17 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de habilitação fiscal, social e trabalhista, ainda que essa documentação apresente alguma restrição, hipótese em que será assegurado o prazo de regularização previsto na legislação aplicável, para fins de contratação.

9 - DOS RECURSOS

9.1 - Da decisão que julgar as propostas, habilitar ou inhabilitar licitantes, bem como dos atos de anulação ou revogação da licitação, caberá recurso administrativo, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

9.2 - O prazo para interposição de recurso será de 3 (três) dias úteis, contado da data da intimação do ato ou da lavratura da ata, conforme o caso.

9.3 - Quando o recurso tiver por objeto o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação, deverão ser observadas as seguintes condições:

9.3.1 - A intenção de recorrer deverá ser manifestada de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo máximo de 10 (dez) minutos, contado da abertura da fase recursal, sob pena de preclusão;

9.3.2 - O prazo para apresentação das razões recursais terá início na data da intimação ou da lavratura da ata de julgamento ou de habilitação/inabilitação, conforme o ato recorrido, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.4 - Os recursos serão formalizados e enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico adotado para o certame, em campo próprio, observado o prazo legal.

9.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, por intermédio do pregoeiro, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis. Não havendo reconsideração, o recurso será encaminhado à autoridade superior, que deverá proferir decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 - Recursos interpostos fora dos prazos legais não serão conhecidos.

9.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contado da divulgação da interposição do recurso no sistema eletrônico, assegurado o acesso aos autos e aos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.9 - O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, preservando-se os demais, nos termos do art. 165, § 6º, da Lei nº 14.133/2021.

10 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e decorrido o prazo recursal sem interposição de recurso ou após o julgamento definitivo dos recursos eventualmente apresentados, o processo será encaminhado à autoridade competente para:

10.1.1 - Adjudicar o objeto à licitante vencedora do item único, conforme o resultado final do certame;

10.1.2 - Homologar o resultado da licitação, após verificar a regularidade e a legalidade de todos os atos praticados,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

11 - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

11.1 - 11.1 Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato, nos termos do art. 89 da Lei nº 14.133/2021, conforme minuta constante do Anexo V deste Edital.

11.2 - A adjudicatária terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11.2.1 - Será admitida a assinatura digital do Contrato por meio eletrônico, desde que realizada com certificação digital válida, observando-se o prazo estabelecido no item 11.2.

11.2.2 - A Administração poderá encaminhar o Contrato à adjudicatária por meio eletrônico ou outro meio idôneo, devendo o instrumento ser devolvido devidamente assinado no prazo estabelecido neste Edital.

11.2.3 - O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada da adjudicatária e aceitação expressa da Administração, formulada antes do término do prazo original.

11.3 - Antes da formalização da contratação, a Administração realizará, no mínimo, consultas:

11.3.1 - Ao SICAF, para verificação de eventual impedimento, suspensão ou ocorrência impeditiva indireta à contratação;

11.3.2 - Aos demais cadastros e sistemas oficiais que entender pertinentes, inclusive para verificação da manutenção das condições de habilitação da adjudicatária.

11.4 - No momento da assinatura do Contrato, poderá ser exigida a reapresentação, quando solicitado, da documentação de habilitação devidamente atualizada, devendo as condições habilitatórias ser mantidas durante toda a vigência contratual.

11.5 - Caso a adjudicatária não comprove a manutenção das condições de habilitação ou se recuse a formalizar a contratação, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar o Contrato, observados os requisitos legais e editalícios, sem prejuízo das sanções cabíveis ao adjudicatário originário.

11.6 - O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) meses, contados do recebimento definitivo da solução, abrangendo o período destinado à implantação integral do objeto e à prestação da garantia e do suporte técnico 24x7, nos termos do Termo de Referência e do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

11.7 - Em razão do valor estimado da contratação, da criticidade do objeto para a continuidade dos serviços do Crea-GO e dos riscos decorrentes de eventual inadimplemento contratual, será exigida garantia de execução contratual, nos termos dos arts. 96 e 98 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato.

11.7.1 - A garantia deverá ser apresentada pela adjudicatária como condição para a assinatura do Contrato e poderá ser prestada em qualquer das modalidades previstas na legislação aplicável, cabendo à Contratada optar por uma delas:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

11.7.2 - A garantia deverá permanecer válida e eficaz durante toda a vigência do Contrato e eventuais prorrogações legalmente cabíveis, devendo ser ajustada sempre que houver alteração do valor contratual, de modo a manter o percentual de 5% (cinco por cento) em relação ao valor atualizado do ajuste.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

11.7.3 - A não apresentação, a não renovação ou a não recomposição da garantia nos prazos estabelecidos caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando a Contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, neste Edital e no Contrato.

12 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 - Comete infração administrativa, para os fins da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou adjudicatário que, com dolo ou culpa:

12.1.1 - Deixar de entregar documentação exigida para o certame ou deixar de apresentar qualquer documento solicitado pelo pregoeiro durante a sessão da licitação;

12.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, deixar de manter a proposta apresentada, especialmente quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor resultante de eventual negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigível;
- c) Solicitar sua desclassificação após o encerramento da etapa competitiva;
- d) Não apresentar documentação complementar ou elementos técnicos exigidos para análise da proposta, quando cabíveis;
- e) Apresentar proposta em desacordo com as especificações deste Edital e de seus Anexos;

12.1.3 - Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando regularmente convocado, dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.4 - Recusar-se, sem justificativa aceita pela Administração, a assinar o Contrato no prazo estabelecido;

12.1.5 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame, ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.6 - Fraudar a licitação, por qualquer meio;

12.1.7 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio com outros licitantes ou em desconformidade com a legislação;
- b) Induzir deliberadamente a erro o julgamento da Administração;

12.1.8 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar, por qualquer meio, os objetivos da licitação;

12.1.9 - Praticar ato lesivo à Administração Pública, na forma do art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2 - Pela prática das infrações administrativas previstas neste Edital e na legislação aplicável, a Administração poderá aplicar, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções:

12.2.1 - Advertência;

12.2.2 - Multa, moratória ou compensatória, a ser aplicada de acordo com a natureza e a gravidade da infração, nas hipóteses e percentuais previstos na minuta de Termo de Contrato (Anexo V), observando-se, em especial:

- a) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias úteis;
- b) Multa compensatória, para as infrações descritas nos subitens 12.1.5 a 12.1.8, no valor de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;
- c) Multa compensatória, para a infração descrita no subitem 12.1.3, no valor de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

d) Multa compensatória, para a infração descrita no subitem 12.1.2, no valor de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

e) Multa compensatória, para a infração descrita no subitem 12.1.1, no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não atendida ou da obrigação inadimplida, conforme o caso;

12.2.3 - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo ao qual pertença o órgão ou entidade responsável pela licitação, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;

12.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

12.3 - As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a natureza e a gravidade da infração, garantido ao interessado o direito à defesa prévia, observado o procedimento legal cabível.

12.4 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será, em regra, aplicada nas hipóteses de não entrega da documentação exigida, não manutenção da proposta ou não celebração do Contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.5 - A sanção de declaração de inidoneidade poderá ser aplicada, dentre outras hipóteses, quando verificada a apresentação de documentos ou declarações falsas, a prática de fraude à licitação, o comportamento inidôneo, a prática de atos ilícitos voltados à frustração da licitação ou outras condutas de elevada gravidade que justifiquem penalidade mais severa que o impedimento de licitar e contratar, observando-se o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

12.6 - A recusa injustificada em assinar o Contrato dentro do prazo fixado pela Administração será considerada descumprimento total da obrigação assumida e acarretará a aplicação das sanções cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12.7 - A apuração das infrações que possam ensejar as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade dependerá da instauração de processo administrativo de responsabilização, assegurados ao licitante ou adjudicatário o contraditório e a ampla defesa, com prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa escrita, contado da intimação.

12.8 - Da aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

12.8.1 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que poderá reconsiderá-la no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, não o fazendo, encaminhá-lo à autoridade superior, devidamente instruído, para decisão no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.9 - Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, devendo a decisão ser proferida no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento do pedido pela autoridade competente.

12.10 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.11 - A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública, nem a possibilidade de responsabilização nas esferas civil e penal, quando cabível.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

13 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por suposta irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo o pedido ser apresentado até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura do certame.

13.2 - As impugnações e os pedidos de esclarecimento deverão ser formulados por escrito e encaminhados, preferencialmente, por meio eletrônico para o e-mail licitacoes@creago.org.br, ou, alternativamente, protocolados na sede do Crea-GO, observado o prazo estabelecido no subitem anterior.

13.3 - As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimento serão divulgadas no sítio eletrônico do Crea-GO e, quando cabível, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e passarão a integrar este Edital para todos os fins.

13.4 - A apresentação de impugnação ou de pedido de esclarecimento não suspende, por si só, os prazos do certame.

13.4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação constitui medida excepcional e deverá ser expressamente motivada nos autos do processo licitatório.

13.4.2 - Acolhida a impugnação que implique alteração deste Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, com a devida divulgação nos meios oficiais pertinentes, reabrindo-se os prazos inicialmente estabelecidos, quando necessário.

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Será lavrada e divulgada ata circunstanciada de todas as sessões públicas realizadas no sistema eletrônico, contendo, no mínimo, o registro dos principais atos praticados, das decisões adotadas e das ocorrências relevantes do certame, a qual ficará disponível para consulta pelos interessados.

14.2 - Na hipótese de não haver expediente na data prevista para a realização do certame, ou ocorrendo fato superveniente que impeça a abertura da sessão pública na data e horário marcados, esta será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo se houver comunicação em contrário do Pregoeiro, devidamente divulgada no sistema eletrônico.

14.3 - O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública sempre que julgar necessário, devendo registrar, no campo de mensagens do sistema eletrônico, a motivação da suspensão, bem como informar a nova data e horário previstos para reabertura e prosseguimento da sessão.

14.4 - Todas as referências de tempo constantes deste Edital, bem como aquelas realizadas durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário oficial de Brasília/DF.

14.5 - Fica assegurado ao Crea-GO o direito de:

14.5.1 - Revogar a licitação por razões de conveniência e oportunidade, devidamente motivadas e vinculadas ao interesse público; e

14.5.2 - Anular o procedimento licitatório, de ofício ou mediante provocação, quando constatada ilegalidade insanável, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

14.6 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito subjetivo à contratação, cabendo à Administração decidir, motivadamente, pela celebração ou não do ajuste, observados o interesse público e a disponibilidade orçamentária.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

14.7 - O Contrato decorrente desta licitação poderá ser extinto nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021 e nas condições estabelecidas no instrumento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

14.8 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas de modo a favorecer a ampliação da disputa e a competitividade, desde que preservados o interesse público, a isonomia, a finalidade do certame e a segurança da contratação.

14.9 - Os licitantes assumem integralmente todos os custos decorrentes da preparação, elaboração e apresentação de suas propostas, bem como da participação nas demais fases do certame, não cabendo ao Crea-GO qualquer responsabilidade ou ressarcimento, em qualquer hipótese, independentemente do resultado da licitação.

14.10 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

14.11 - Os prazos somente se iniciarão e vencerão em dias de expediente regular na Administração.

14.12 - O descumprimento de exigências meramente formais, que não sejam essenciais e não comprometam a isonomia entre os licitantes nem a segurança da contratação, não importará, por si só, na exclusão do participante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e interesse público.

14.13 - Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e aquelas constantes de seus Anexos ou de outros documentos que integrem o processo licitatório, prevalecerá a interpretação que assegure a coerência do objeto, das especificações técnicas e das condições de execução definidas no Termo de Referência.

14.14 - O Edital e todos os seus Anexos estarão disponíveis, na íntegra, para consulta e download, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no sítio eletrônico do Crea-GO.

14.14.1 - Anexo I – Termo de Referência;

14.14.2 - Anexo II – Modelo de Atestado de Vistoria;

14.14.3 - Anexo III – Modelo de Dispensa de Vistoria;

14.14.4 - Anexo IV – Modelo de Proposta Comercial;

14.14.5 - Anexo V – Minuta de Termo de Contrato.

Goiânia, 27 de abril de 2026

Antonio Carlos Costa de Holanda
Área de Edital e Termo de Referência
Departamento de Licitação





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de solução de armazenamento corporativo do tipo *datastore all flash*, composta pelo fornecimento, instalação, configuração, testes, documentação técnica, migração de dados, garantia e suporte especializado, com capacidade útil projetada de, no mínimo, 250 TB, incluindo cabos *Fibre Channel*, SFPs e todos os componentes necessários à interligação com a SAN existente, garantindo o pleno funcionamento no *Data Center* do Crea-GO, tomando-se como referência de especificações técnicas o modelo *Lenovo DEH4200*, ou equivalente, vedada a oferta de solução com desempenho inferior ao especificado.

Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade	Valor estimado (R\$)	
				Unitário	Total
1	Solução de armazenamento corporativo do tipo <i>datastore all flash</i> , com capacidade útil projetada de, no mínimo, 250 TB, composta pelo fornecimento do <i>hardware (Lenovo DEH4200</i> ou equivalente), controladoras redundantes, discos SSD 3DWD, trilhos e acessórios de instalação, licenças essenciais de funcionamento, cabos <i>Fibre Channel</i> e SFPs necessários, serviços de instalação, migração, testes e validação, treinamento operacional, garantia e suporte técnico 24x7 por 60 meses.	Conjunto	1	1.423.750,12	1.423.750,12
Valor total estimado para 60 (sessenta) meses (R\$)				1.423.750,12	

1.2 - A entrega contempla:

1.2.1 - *Hardware* do *datastore all flash*, completo (*Lenovo DEH4200* ou equivalente), em conformidade com as especificações técnicas deste Termo de Referência;

1.2.2 - Controladoras redundantes;

1.2.3 - Discos SSD 3DWD;

1.2.4 - Trilhos e acessórios de instalação;

1.2.5 - Licenças essenciais de funcionamento;

1.2.6 - Cabos *Fibre Channel* e SFPs necessários;

1.2.7 - Serviços de instalação, migração, testes e validação;

1.2.8 - Treinamento operacional;

1.2.9 - Garantia e suporte 24x7 por 60 (sessenta) meses.

1.3 - O prazo de vigência do Contrato será de 60 (sessenta) meses, contados do recebimento definitivo da solução, abrangendo o período destinado à implantação integral do objeto e à prestação da garantia e do suporte técnico 24x7, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

2 - DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 - A contratação fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar (ETP) elaborado pelo Departamento de Tecnologia da Informação, o qual demonstrou, de forma circunstanciada, que a infraestrutura atual de armazenamento encontra-se em franco esgotamento, com utilização elevada e recorrente de discos mecânicos em servidores críticos, ocasionando gargalos de entrada e saída de dados, aumento de latência e risco concreto de indisponibilidade de sistemas essenciais ao funcionamento do Crea-GO.

2.2 - Constatou-se, crescimento contínuo e acelerado do volume de dados institucionais, decorrente da expansão dos serviços digitais, da intensificação do uso de sistemas corporativos e da necessidade de preservar registros, anexos e logs de acesso, muitos deles com potencial relevância jurídica e probatória. Tal cenário é agravado pelo fato de que, até a emissão de parecer jurídico definitivo acerca dos prazos legais de retenção e descarte dessas informações, não é possível proceder à eliminação segura de dados, impondo-se à Administração o dever de garantir sua guarda íntegra, disponível e confiável.

2.3 - A manutenção da situação atual implica assumir risco elevado de interrupção de serviços, degradação de desempenho de aplicações críticas, indisponibilidade de sistemas de atendimento ao público e comprometimento da integridade das bases de dados corporativas, em afronta aos princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e da segurança da informação. Nesse contexto, a simples expansão pontual dos *storages* legados, baseados em discos mecânicos, mostrou-se insuficiente para mitigar os riscos identificados e incompatível com as necessidades de desempenho atuais e futuras.

2.4 - À luz desse diagnóstico, o ETP concluiu pela necessidade de modernizar a infraestrutura de armazenamento mediante adoção de solução corporativa do tipo *datastore all flash*, com capacidade útil projetada de, no mínimo, 250 TB, apta a suportar cargas intensivas de I/O, reduzir significativamente a latência, assegurar desempenho estável para ambientes virtualizados, bancos de dados e sistemas de missão crítica, bem como acomodar o crescimento projetado do volume de informações até a definição jurídica sobre políticas de retenção e descarte.

2.5 - Considerando que o parque tecnológico do Crea-GO já é majoritariamente composto por servidores, *storages* e controladoras de rede de armazenamento do fabricante Lenovo, a solução proposta observa, ainda, a necessidade de manter a padronização da infraestrutura, de modo a assegurar plena compatibilidade e interoperabilidade com a SAN existente, facilitar a administração e a manutenção, reduzir a complexidade de suporte e minimizar riscos de integração. Nesse sentido, toma-se o modelo *Lenovo DEH4200* como referência técnica de desempenho, capacidade e funcionalidades, sem prejuízo da admissibilidade de soluções equivalentes que atendam integralmente às especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

2.6 - A contratação da solução de armazenamento ora descrita, portanto, não se configura como mera opção tecnológica, mas como medida necessária para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, preservar a integridade e a disponibilidade das informações institucionais, mitigar riscos operacionais relevantes e alinhar a infraestrutura de TI do Crea-GO às boas práticas de governança, conforme previsto no ETP, no Plano de Contratações Anual da Autarquia e nos princípios que regem as contratações públicas.

2.7 - A indicação do modelo *Lenovo DEH4200*, ou equivalente, como referência técnica neste Termo de Referência fundamenta-se no art. 41, inciso I, alíneas "a", "b" e "d", da Lei nº 14.133/2021, e não configura direcionamento indevido de marca, porquanto não impõe a aquisição exclusiva de produtos do fabricante, admitindo-se expressamente soluções equivalentes que atendam integralmente às especificações de desempenho, capacidade, compatibilidade e funcionalidades estabelecidas.

2.8 - A padronização tecnológica adotada pelo Crea-GO, baseada predominantemente em equipamentos e soluções Lenovo, visa assegurar a interoperabilidade com a infraestrutura já existente, simplificar a gestão e a manutenção do ambiente, reduzir riscos de incompatibilidade e mitigar custos operacionais decorrentes da heterogeneidade de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

plataformas, em observância aos princípios da eficiência, da economicidade, da continuidade do serviço público e da seleção da proposta mais vantajosa, e ao disposto no art. 41, inciso I, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 14.133/2021.

2.9 - Nesses termos, a indicação de marca como referência técnica, aliada à exigência de atendimento aos requisitos funcionais e de desempenho, mantém a isonomia entre os licitantes, não restringe indevidamente a competitividade e encontra amparo na legislação de regência e nas orientações dos órgãos de controle, que admitem a padronização e a indicação de marca em hipóteses em que se demonstre, de forma motivada, a necessidade de compatibilidade e uniformização da infraestrutura, nos termos do art. 41, inciso I, e do art. 42 da Lei nº 14.133/2021.

3 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 - A solução identificada no Estudo Técnico Preliminar e a ser adotada pelo Crea-GO consiste na contratação de solução corporativa de armazenamento de dados do tipo *datastore all flash*, integrada por *hardware*, *softwares* embarcados, licenças, serviços especializados de instalação, configuração, migração de dados, treinamento, garantia e suporte técnico 24x7, com capacidade útil projetada de, no mínimo, 250 TB e plena integração à infraestrutura de rede de armazenamento (SAN) e de virtualização já existente no *Data Center* do Crea-GO, tomando-se o modelo *Lenovo DEH4200* como referência técnica de desempenho, capacidade e funcionalidades, conforme especificações deste Termo de Referência.

3.2 - A solução será obtida mediante procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço global, em lote único, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das normas internas do Crea-GO, por se tratar de solução de tecnologia da informação com especificações objetivas e usuais de mercado, cuja comparação entre propostas pode ser realizada com base em critérios de menor dispêndio para a Administração.

3.3 - O critério de julgamento será de menor preço global do lote, condicionada a classificação das propostas ao atendimento integral dos requisitos técnicos, de segurança, de garantia, de suporte e de serviços estabelecidos neste Termo de Referência, de forma a assegurar que a proposta mais vantajosa corresponda à contratação da solução integrada necessária ao atendimento da demanda institucional.

3.4 - A adoção do Pregão Eletrônico, na forma de lote único e com julgamento pelo critério de menor preço global, justifica-se pela necessidade de contratação de solução tecnicamente integrada e indivisível, que reúne equipamentos, licenças e serviços especializados sob responsabilidade única do fornecedor, pela ampliação da competitividade proporcionada pelo meio eletrônico e pela observância aos princípios da eficiência, da economicidade, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa que regem as contratações públicas.

3.5 - Os requisitos técnicos mínimos de *hardware*, conectividade, licenciamento, segurança da informação, instalação, migração de dados e aceitação da solução encontram-se detalhados nas cláusulas específicas deste Termo de Referência.

4 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - A solução a ser fornecida deverá atender, no mínimo, aos requisitos a seguir, os quais servirão de base para análise de conformidade das propostas, para a fiscalização da execução contratual e para a aceitação provisória e definitiva do objeto.

4.2 - Requisitos técnicos do *hardware* e da solução de armazenamento:

4.2.1 - O equipamento de armazenamento deverá ser novo, de primeiro uso, sem recondicionamento, do tipo *datastore all flash*, tomando-se como referência técnica o modelo *Lenovo DEH4200*, ou equivalente, vedada a oferta de solução com desempenho inferior ao especificado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

4.2.2 - A solução deverá disponibilizar capacidade inicial útil mínima de 110 TB, com possibilidade de expansão, por meio de adição de discos ou shelves, até capacidade útil mínima de 250 TB, sem necessidade de substituição da controladora principal.

4.2.3 - A arquitetura deverá ser totalmente redundante, sem ponto único de falha (*Single Point of Failure – SPOF*), contemplando controladoras redundantes com *failover* automático, fontes e ventilação redundantes e componentes substituíveis em operação (*hot-swappable*).

4.2.4 - A solução deverá dispor de memória cache espelhada de, no mínimo, 64 GB, ou superior, distribuída entre as controladoras, de forma a assegurar desempenho adequado para cargas intensivas de entrada e saída de dados.

4.2.5 - Os discos deverão ser do tipo SSD de alta durabilidade, com endurance adequada para uso corporativo contínuo (classe 3DWD ou equivalente), compatíveis com operação 24x7.

4.2.6 - O sistema de armazenamento deverá suportar, no mínimo, os níveis de RAID 0, 5, 6 e 10.

4.2.7 - O *storage* deverá ser compatível, no mínimo, com ambientes *Windows Server*, distribuições Linux suportadas e *VMware vSphere*, em versões iguais ou superiores às atualmente em uso no Crea-GO.

4.2.8 - Deverão ser fornecidos todos os trilhos, bandejas, parafusos e demais acessórios necessários para fixação segura do equipamento em rack padrão 19 polegadas.

4.3 - Requisitos de conectividade e licenciamento:

4.3.1 - Cada controladora deverá dispor de, no mínimo, 4 (quatro) portas *Fibre Channel* de 32/16 Gbps e 4 (quatro) portas iSCSI de 25/10 Gbps, de forma a permitir a conexão simultânea aos ambientes atualmente existentes no *Data Center* do Crea-GO.

4.3.2 - Deverão ser fornecidos todos os cabos *Fibre Channel* e os transceptores ópticos (SFP+/QSFP+) padrão Lenovo, ou equivalentes, necessários à plena integração da solução à SAN do Crea-GO, sem necessidade de aquisição adicional de componentes para o seu funcionamento dentro da capacidade contratada.

4.3.3 - Todos os recursos instalados deverão possuir licenciamento completo, permanente e compatível com a capacidade de armazenamento contratada, incluindo, no mínimo, funcionalidades de *thin provisioning*, *snapshots* (com suporte a, no mínimo, 128 instâncias simultâneas), replicação interna, criptografia de dados em repouso, gerenciamento centralizado via interface gráfica (GUI) e linha de comando (CLI), bem como APIs compatíveis com *VMware*.

4.4 - Requisitos de segurança da informação e conformidade:

4.4.1 - A solução deverá prover criptografia nativa de dados em repouso, baseada, no mínimo, em algoritmo AES-256 ou equivalente, em conformidade com boas práticas internacionais de segurança da informação.

4.4.2 - O equipamento deverá permitir o registro e a consulta a logs de eventos, trilhas de auditoria e alertas em tempo quase real, com possibilidade de integração aos sistemas de monitoramento utilizados pelo Crea-GO.

4.4.3 - A configuração das controladoras deverá observar as recomendações de *hardening* emitidas pelo fabricante, de forma a reduzir a superfície de ataque e aumentar a segurança da solução.

4.4.4 - A solução deverá atender integralmente às normas aplicáveis da família ISO/IEC relacionadas à segurança e à integridade de dados, bem como às diretrizes de proteção de dados pessoais previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), em especial os princípios constantes do art. 6º.

4.4.5 - A solução deverá ser compatível com o parque tecnológico Lenovo existente, assegurando plena interoperabilidade com a infraestrutura atual e preservando a padronização tecnológica adotada pelo Crea-GO.

4.5 - Requisitos de instalação e integração:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

4.5.1 - A instalação física e lógica da solução deverá ser realizada *on-site* nas dependências do Crea-GO, por técnico certificado pelo fabricante ou por parceiro oficialmente credenciado, observando-se as condições de segurança e acesso definidas pela área de Tecnologia da Informação.

4.5.2 - A Contratada será responsável pela montagem do equipamento em rack padrão, pelo cabeamento necessário e pela configuração da SAN, incluindo criação e apresentação de LUNs, configuração de *multipathing* e definição de *zoning* nos *switches* de armazenamento.

4.5.3 - Deverão ser realizados testes de redundância, de funcionamento de *snapshots* e de resiliência, bem como testes de integração com o ambiente *VMware vSphere* e com os servidores que passarem a utilizar o novo ambiente de armazenamento.

4.6 - Requisitos de migração de dados:

4.6.1 - A Contratada deverá elaborar e submeter à aprovação prévia do Crea-GO um plano de migração detalhado, contemplando as etapas a serem executadas, as janelas de manutenção propostas, as estratégias de mitigação de riscos e o respectivo plano de *rollback*.

4.6.2 - A migração dos dados dos *storages* legados para a nova solução deverá ser executada nas janelas de manutenção acordadas com o Crea-GO, buscando-se o mínimo impacto possível à continuidade dos serviços e às rotinas de negócio.

4.6.3 - Após a migração, deverão ser realizados testes de validação funcional e de desempenho, com participação das equipes técnicas do Crea-GO, que atestarão a integridade e a disponibilidade dos dados migrados, condição necessária para a aceitação da etapa.

4.7 - Requisitos de aceitação:

4.7.1 - A aceitação técnica provisória da solução ficará condicionada à realização satisfatória de testes de desempenho, latência, *failover* e *failback*, integridade dos dados e funcionamento da replicação interna, conforme plano de testes previamente aprovado pela área de Tecnologia da Informação do Crea-GO.

4.7.2 - A aceitação definitiva somente ocorrerá após período mínimo de operação assistida, sem registro de falhas críticas imputáveis à solução, e após a entrega, pela Contratada, de toda a documentação técnica exigida, incluindo *as-built*, relatórios de testes e de migração, bem como demais registros necessários à adequada gestão e manutenção do ambiente.

4.8 - Requisitos de sustentabilidade da contratação:

4.8.1 - Em observância ao art. 25 da Lei nº 14.133/2021 e às orientações constantes de normativos e guias nacionais de contratações sustentáveis, a contratação deverá incorporar critérios de sustentabilidade compatíveis com o objeto, contemplando, no mínimo, aspectos ambientais, de eficiência no uso de recursos e de destinação adequada de resíduos eletroeletrônicos.

4.8.2 - A solução de armazenamento a ser fornecida deverá apresentar características de eficiência energética compatíveis com a tecnologia *all flash*, notadamente menor consumo de energia elétrica e menor geração de calor em comparação com soluções equivalentes baseadas em discos mecânicos, devendo o licitante apresentar documentação técnica do fabricante que indique, de forma clara, o consumo típico de energia do equipamento em operação.

4.8.3 - Os equipamentos fornecidos deverão estar em conformidade com normas internacionais de restrição ao uso de substâncias perigosas em equipamentos eletroeletrônicos, a exemplo de RoHS ou equivalente, bem como com a legislação brasileira aplicável à gestão de resíduos eletroeletrônicos, devendo a Contratada assumir a responsabilidade pela destinação ambientalmente adequada de componentes substituídos e sucatas eventualmente geradas durante a vigência da garantia.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

4.8.4 - Sempre que tecnicamente viável, a Contratada deverá adotar práticas de redução de resíduos na embalagem e transporte dos equipamentos, privilegiando materiais recicláveis ou reutilizáveis e evitando o uso desnecessário de volumes e insumos, sem prejuízo da segurança no transporte.

4.8.5 - A adoção desses critérios de sustentabilidade não restringe a competitividade do certame, por se limitar a exigências compatíveis com a prática usual do mercado de *storages* corporativos e com a tecnologia all flash pretendida, sendo justificada pela necessidade de reduzir o consumo de energia e os impactos ambientais associados à operação contínua do *Data Center* do Crea-GO.

4.8.6 - A responsabilidade ambiental da Contratada é objetiva, nos termos da legislação aplicável, devendo eventuais danos ambientais decorrentes da fabricação, transporte, instalação, operação, manutenção ou destinação final dos equipamentos ser integralmente reparados às suas expensas, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

4.9 - Regras sobre participação em consórcio e por cooperativas:

4.9.1 - É vedada a participação de empresas em consórcio na licitação decorrente deste Termo de Referência, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o objeto consiste em solução integrada de fornecimento de equipamento e serviços especializados de instalação, migração e suporte, considerada de porte e complexidade compatíveis com a execução por empresas individualmente estabelecidas no mercado, não se verificando necessidade de associação de empresas para viabilizar a participação competitiva.

4.9.2 - A vedação à participação de consórcios justifica-se, ainda, pela busca de maior simplicidade na gestão e fiscalização contratual, pela redução dos custos administrativos associados à responsabilização solidária de múltiplas empresas e pelo fato de que contratações análogas vêm sendo realizadas com ampla participação de empresas isoladas, sem prejuízo à competitividade.

4.9.3 - Será admitida a participação de cooperativas de trabalho ou de serviços que atendam integralmente à legislação específica de cooperativismo e às condições previstas neste Termo de Referência, desde que: (i) o objeto social da cooperativa contemple a prestação de serviços de tecnologia da informação compatíveis com o objeto desta contratação; (ii) reste demonstrado o efetivo regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados; e (iii) a cooperativa comprove possuir estrutura técnica e operacional apta a executar diretamente o fornecimento e os serviços, não se caracterizando mera intermediação de mão de obra.

4.9.4 - A eventual participação de cooperativas não dispensa o atendimento às exigências de qualificação técnica, econômico-financeira e de credenciamento junto ao fabricante, quando aplicáveis, devendo a Administração aplicar às cooperativas, no que couber, os mesmos critérios de habilitação exigidos das demais pessoas jurídicas participantes, em respeito ao princípio da isonomia.

4.10 - Da garantia de execução contratual:

4.10.1 - Em razão do valor estimado da contratação, da criticidade do objeto para a continuidade dos serviços do Crea-GO e dos riscos decorrentes de eventual inadimplemento contratual, será exigida da empresa Contratada a prestação de garantia para fiel execução do Contrato, nos termos da legislação aplicável, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato.

4.10.2 - A garantia de execução poderá ser prestada, a critério da Contratada, em uma das seguintes modalidades: (i) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; (ii) seguro-garantia; ou (iii) fiança bancária, devendo sua comprovação ocorrer em até o prazo fixado no Edital, contado da homologação da licitação e antes da assinatura do Contrato, permanecendo válida durante toda a vigência contratual e eventuais prorrogações.

4.10.3 - A exigência de garantia de execução não restringe a competitividade, por se tratar de percentual moderado, admitido pela legislação, e compatível com o risco envolvido na aquisição e manutenção de solução de armazenamento de alta criticidade e elevado valor agregado, cuja eventual inexecução ou interrupção pode



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

ocasionar danos relevantes às atividades finalísticas do Crea-GO.

4.11 - Regras de subcontratação:

4.11.1 - É vedada a subcontratação integral do objeto, sendo a Contratada diretamente responsável pelo fornecimento do *storage* e pela execução dos serviços de instalação, configuração, migração de dados, treinamento e suporte técnico previstos neste Termo de Referência.

4.11.2 - Será admitida, mediante prévia e expressa anuência da Administração, a subcontratação parcial de atividades estritamente acessórias, tais como serviços de transporte, logística e movimentação física de equipamentos, limitada, em qualquer caso, a até 30% (trinta por cento) do valor total contratado, permanecendo a Contratada principal integralmente responsável perante o Crea-GO pela execução do objeto, pela qualidade dos serviços prestados e pelos atos de seus subcontratados.

4.11.3 - Não será admitida a subcontratação de terceiros para a execução das atividades consideradas núcleo do objeto, especialmente instalação lógica, parametrização, integração com a SAN e ambiente *VMware*, migração de dados, treinamento técnico da equipe do Crea-GO e suporte especializado durante o período de garantia, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções cabíveis.

4.11.4 - A disciplina da subcontratação ora estabelecida visa compatibilizar a necessidade de preservação do controle técnico sobre as atividades críticas do Contrato com a possibilidade de utilização eficiente da cadeia produtiva para atividades acessórias, sem transferência de responsabilidade da Contratada perante a Administração.

4.11.5 - É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que possua vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do Crea-GO ou com agente público que desempenhe funções de direção, chefia ou assessoramento e atue na área responsável pela licitação, pela fiscalização ou pela gestão do Contrato, estendendo-se a vedação a cônjuges, companheiros e parentes até o terceiro grau, nos termos da legislação aplicável.

4.12 - Para assegurar pleno conhecimento das condições locais e adequada formulação da proposta, será facultada às licitantes a realização de vistoria técnica no local de execução dos serviços, acompanhada por Fiscal do Contrato designado pela Contratante.

4.12.1 - A vistoria prévia deverá ser agendada previamente junto ao Departamento de Tecnologia da Informação do Crea-GO pelo telefone (62) 3221-6265, no horário de 8 h às 11 h ou de 14 h às 16 h, em dias úteis, durante a vigência do prazo de vistoria.

4.12.2 - O prazo para realização da vistoria começará no primeiro dia útil subsequente à publicação do Edital e se estenderá até o penúltimo dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública;

4.12.3 - A licitante ou representante legal deverá apresentar-se devidamente identificado, portando documento oficial de identidade e documento emitido pela empresa que comprove sua habilitação para realizar a vistoria.

4.12.4 - A vistoria é facultativa; sua não realização não poderá servir de fundamento para impugnações técnicas, alegações de omissão, pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro ou divergências de projeto ou valores; a licitante assume **total responsabilidade** pela decisão de não vistoriar.

4.12.5 - Na hipótese de não vistoria, a licitante poderá apresentar Declaração de Dispensa de Vistoria, assinada por responsável técnico habilitado, atestando expressamente que possui pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades da execução do objeto, assumindo **inteira responsabilidade técnica e contratual** por essa decisão.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

5 - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 - A execução do objeto contratual ocorrerá de forma planejada e sequencial, observando as etapas abaixo descritas, as quais deverão ser cumpridas pela Contratada como condição para o recebimento provisório e definitivo da solução de armazenamento corporativo *Lenovo DEH4200*, ou equivalente, nos termos deste Termo de Referência.

5.2 - Etapa 1 – Planejamento da implantação:

5.2.1 - Antes do início das atividades de entrega e instalação, a Contratada deverá elaborar e apresentar ao Crea-GO um plano de trabalho detalhado para implantação da solução, contemplando, no mínimo, o cronograma de atividades, os procedimentos de instalação física e lógica, os procedimentos de migração de dados, o plano de testes e o plano de *rollback* a ser aplicado em caso de insucesso na migração.

5.2.2 - O plano de trabalho será analisado e validado pela equipe de Tecnologia da Informação do Crea-GO, que poderá solicitar ajustes, esclarecimentos ou complementações, sendo vedado o início da execução das etapas seguintes sem a prévia aprovação formal desse plano.

5.3 - Etapa 2 – Entrega e instalação física:

5.3.1 - Após a aprovação do plano de trabalho, a Contratada deverá proceder à entrega do *datastore Lenovo DEH4200*, ou equivalente, na sede do Crea-GO, em perfeitas condições de uso, com embalagem íntegra e lacres preservados, acompanhada da documentação fiscal e técnica pertinente.

5.3.2 - Na sequência, a Contratada realizará a instalação física do equipamento, incluindo a montagem em rack padrão 19 polegadas, a fixação de trilhos e acessórios, a instalação dos cabos *Fibre Channel* e dos transceptores (SFPs) fornecidos e a conexão da solução às SANs existentes, em conformidade com a topologia previamente validada com a equipe de TI do Crea-GO e com os requisitos estabelecidos na cláusula 4 deste Termo de Referência.

5.3.3 - Eventuais necessidades de adequação de energia, refrigeração, espaço em rack ou cabeamento deverão ser comunicadas pela Contratada à Administração durante a fase de planejamento, não podendo ser alegadas posteriormente como justificativa para descumprimento de prazos ou entregas.

5.4 - Etapa 3 – Configuração lógica da solução:

5.4.1 - Concluída a instalação física, a Contratada deverá proceder à configuração lógica mínima necessária ao pleno funcionamento da solução, incluindo, no que couber: atualização de firmware e microcódigo para versões recomendadas pelo fabricante; configuração das controladoras em alta disponibilidade (HA); definição e configuração dos pools de armazenamento; criação de volumes e LUNs compatíveis com as necessidades informadas pelo Crea-GO; configuração de multipath; definição de *zoning* nos *switches* SAN; e integração com o ambiente *VMware vSphere* utilizado pelo Crea-GO.

5.4.2 - Nesta etapa também deverá ser realizada a parametrização de mecanismos de alertas, logs e monitoramento, de forma a permitir o acompanhamento proativo da saúde do ambiente, em conformidade com os requisitos de segurança e monitoramento previstos na cláusula 4.

5.5 - Etapa 4 – Migração de dados:

5.5.1 - A Contratada deverá planejar e executar a migração dos volumes atualmente armazenados nos *storages* legados *Lenovo* para o novo *datastore Lenovo DEH4200*, ou equivalente, observando as janelas de manutenção previamente acordadas com o Crea-GO e as estratégias de mitigação de riscos definidas no plano de trabalho aprovado.

5.5.2 - A migração deverá ser conduzida por procedimentos que assegurem a integridade e a não perda de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

dados, contemplando, quando tecnicamente aplicável, a preservação de *snapshots* essenciais e a adoção de técnicas de replicação ou cópia que minimizem a indisponibilidade dos serviços.

5.5.3 - Ao término de cada ciclo de migração, deverão ser realizados testes de validação, com participação das equipes técnicas do Crea-GO, a fim de confirmar o correto acesso aos dados migrados, a coerência das permissões e a estabilidade do ambiente.

5.6 - Etapa 5 – Testes finais da solução:

5.6.1 - Concluída a migração, a Contratada deverá executar bateria de testes finais, previamente descritos no plano de testes aprovado, contemplando, no mínimo, verificações de desempenho, latência, *failover* e failback entre as controladoras e caminhos de acesso, execução e restauração de *snapshots*, comportamento da solução sob carga elevada, funcionamento dos mecanismos de monitoramento e geração de alertas e verificação da correta aplicação da criptografia de dados em repouso (*data at rest*).

5.6.2 - Somente após a realização satisfatória dos testes finais, com a validação formal dos resultados pela equipe de TI do Crea-GO, a solução poderá ser considerada apta para aceitação técnica provisória, nos termos dos requisitos previstos na cláusula 4 deste Termo de Referência.

5.7 - Etapa 6 – Treinamento operacional:

5.7.1 - Após a conclusão dos testes finais, a Contratada deverá ministrar treinamento presencial, com carga horária mínima de 8 (oito) horas, para a equipe técnica indicada pelo Crea-GO, abrangendo, no mínimo: administração do *datastore* *Lenovo DEH4200*, ou equivalente; criação, expansão e gestão de LUNs e volumes; configuração e gerenciamento de *snapshots*; boas práticas de operação e manutenção preventiva; procedimentos de solução de incidentes e abertura de chamados de suporte junto ao fabricante.

5.7.2 - Ao término do treinamento, deverá ser emitido termo ou relatório de participação, a ser assinado pelos participantes e pelo instrutor, o qual será anexado ao processo de contratação como evidência da transferência de conhecimento.

5.8 - Etapa 7 – Documentação final e entrega do *as-built*:

5.8.1 - Como etapa final da implantação, a Contratada deverá entregar a documentação técnica completa do ambiente, em formato físico e/ou digital, composta, no mínimo, por: mapa completo dos volumes e LUNs configurados; diagrama atualizado da SAN, contendo conexões entre o *datastore*, *switches* e *hosts*; checklist de instalação física e lógica; relatório consolidado dos testes realizados (incluindo testes de desempenho, resiliência e *failover*); relatório detalhado da migração de dados; relação de credenciais administrativas e técnicas entregues em envelope lacrado; manuais e guias de operação; e procedimentos operacionais padrão recomendados para administração rotineira da solução.

5.8.2 - A documentação deverá ser assinada por representante legal ou responsável técnico da Contratada e será avaliada pela equipe de TI do Crea-GO, que poderá solicitar esclarecimentos ou complementações, sendo a aprovação dessa documentação condição para a aceitação definitiva do objeto, em conjunto com as demais exigências deste Termo de Referência.

6 - DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1 - O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas pactuadas e com os preceitos da Lei nº 14.133/2021, sendo cada qual responsável pelas consequências da inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.

6.2 - A gestão contratual será exercida por gestor(es) formalmente designado(s) por autoridade competente do Crea-GO, e a fiscalização será exercida por fiscal(is), sendo a fiscalização técnica de responsabilidade da área de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

Tecnologia da Informação do Crea-GO, nos termos da legislação aplicável, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo.

6.3 - Compete ao Gestor do Contrato:

6.3.1 - Atuar como interlocutor principal entre o Crea-GO e a Contratada, consolidando as informações relativas à execução;

6.3.2 - Acompanhar o cumprimento do plano de trabalho e dos marcos de execução previstos neste Termo de Referência;

6.3.3 - Receber e analisar as comunicações e relatórios emitidos pelos fiscais do Contrato;

6.3.4 - Propor à autoridade competente a adoção de medidas corretivas, aplicação de sanções, revisão ou rescisão contratual, quando cabível.

6.3.5 - Acompanhar o cumprimento de prazos contratuais e demais condições administrativas;

6.3.6 - Conferir notas fiscais, relatórios de execução e documentos de cobrança apresentados pela Contratada, encaminhando-os para atesto e pagamento, quando for o caso;

6.3.7 - Verificar, antes de cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação exigidas no certame, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada, observando, no mínimo:

- a) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- c) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Demais certidões fiscais e de regularidade eventualmente indicados no Edital e no Contrato.

6.3.8 - O Gestor do Contrato deverá promover reuniões periódicas de acompanhamento entre as partes envolvidas (Crea-GO e Contratada), assegurando a comunicação eficaz e a resolução rápida de problemas ou divergências que possam surgir durante a execução contratual.

6.3.9 - O Gestor do Contrato deverá garantir que todas as partes interessadas no processo tenham acesso às informações pertinentes sobre a execução do contrato, respeitando as normas de transparência e assegurando a rastreabilidade de todas as decisões tomadas.

6.4 - Compete ao Fiscal do Contrato:

6.4.1 - Verificar o cumprimento das obrigações técnicas assumidas pela Contratada, em especial quanto à instalação, configuração, migração de dados, testes, treinamento e suporte da solução de armazenamento corporativo *Lenovo DEH4200*, ou equivalente;

6.4.2 - Registrar, em instrumento próprio, ocorrências relevantes relacionadas à qualidade, desempenho, disponibilidade, prazos e conformidade técnica das entregas;

6.4.3 - Determinar formalmente à Contratada a correção de falhas, vícios e/ou inconformidades identificadas, fixando prazos para saneamento;

6.4.4 - Comunicar ao Gestor do Contrato, de forma circunstanciada, as irregularidades que possam ensejar aplicação de sanções, revisão das condições pactuadas ou rescisão contratual.

6.4.5 - O Fiscal deverá solicitar e analisar relatórios técnicos detalhados periodicamente, assegurando que a Contratada está cumprindo todas as exigências técnicas e corrigindo falhas de forma tempestiva.

6.4.6 - Caso detecte qualquer inconformidade técnica relevante, o Fiscal Técnico deverá comunicar imediatamente o Gestor do Contrato e sugerir as medidas corretivas a serem adotadas, incluindo prazos e condições de execução.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

6.5 - O acompanhamento e a fiscalização do Contrato pela Administração não eximem a Contratada da responsabilidade por vícios, falhas, atrasos ou inadimplementos, nem reduzem ou excluem sua obrigação de reparar eventuais danos causados ao Crea-GO ou a terceiros em decorrência da execução contratual.

6.6 - A persistência de não conformidades, descumprimentos contratuais ou reincidência em falhas poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na legislação e no instrumento contratual, sem prejuízo da rescisão por inadimplemento, quando cabível.

6.7 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, preposto devidamente autorizado e aceito pelo Crea-GO, com poderes para representá-la tecnicamente perante o Gestor e os Fiscais do Contrato e para promover, de imediato, as medidas corretivas que se fizerem necessárias à regularidade da execução.

6.8 - A Contratada responderá integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, ambientais, comerciais e securitários relativos à execução do Contrato, não cabendo ao Crea-GO qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária por tais obrigações, ainda que em caso de inadimplemento da Contratada, salvo hipóteses expressamente previstas em lei ou decisão judicial.

6.9 - A Contratada deverá fornecer ao Crea-GO, quando solicitado, relação atualizada de todas as subcontratações acessórias devidamente autorizadas realizadas no âmbito do Contrato, assegurando que os subcontratados também cumpram com as obrigações contratuais e legais pertinentes.

6.10 - Durante todo o período de garantia contratual, fixado em 60 (sessenta) meses contados da aceitação definitiva da solução, a Contratada deverá:

6.10.1 - Manter suporte técnico 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para atendimento a incidentes relacionados à solução de armazenamento;

6.10.2 - Apresentar, sempre que solicitado pelo Gestor ou pelos Fiscais do Contrato, relatórios de chamados e atendimentos realizados, contendo, no mínimo, data e hora de abertura, classificação do incidente, tempo de resposta, tempo de solução e medidas adotadas;

6.10.3 - Realizar, às suas expensas, em regime *on-site*, substituição de quaisquer peças ou componentes defeituosos necessários à plena operação do *datastore Lenovo DEH4200*, ou equivalente, dentro dos prazos de atendimento e solução estabelecidos no Contrato;

6.10.4 - Assegurar atualização de firmware e de microcódigo do equipamento, conforme recomendações do fabricante, desde que tais atualizações não acarretem perda de funcionalidades ou redução de desempenho, devendo comunicar previamente ao Crea-GO as janelas de manutenção necessárias.

6.11 - O Fiscal deverá acompanhar não só as obrigações fiscais e administrativas, mas também garantir que a Contratada esteja cumprindo os requisitos de responsabilidade ambiental e de segurança da informação, conforme previsto neste Termo de Referência e legislação aplicável.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 - O recebimento do objeto contratado será formalizado em 2 (duas) fases, provisória e definitiva, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, condicionadas à comprovação da conformidade da solução de armazenamento corporativo *Lenovo DEH4200*, ou equivalente, com as especificações técnicas deste Termo de Referência e com as demais obrigações contratuais assumidas pela Contratada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

7.2 - O recebimento provisório ocorrerá após concluída a Etapa 5 de execução (planejamento aprovado, entrega e instalação física, configuração lógica, migração de dados e testes finais), no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da comunicação formal da Contratada acerca da conclusão dessas etapas, e dependerá, no mínimo, de:

7.2.1 - Inspeção técnica realizada pelo Fiscal Técnico do Contrato, com apoio do Fiscal Administrativo, para verificação da adequada instalação física e lógica do datastore, da conclusão da migração de dados aprovada pela área de TI e da execução satisfatória dos testes de desempenho, latência, failover/failback, snapshots, comportamento sob carga, monitoramento e segurança, conforme parâmetros definidos neste Termo de Referência;

7.2.2 - Emissão de relatório circunstanciado de recebimento provisório, elaborado pelo Fiscal Técnico, indicando as verificações realizadas, as evidências analisadas, eventuais pendências, não conformidades ou restrições e as recomendações pertinentes, o qual será encaminhado ao Gestor do Contrato para ciência e providências cabíveis.

7.3 - Constatadas falhas, vícios ou desconformidades parciais na execução do objeto por ocasião do recebimento provisório, o Fiscal do Contrato registrará as ocorrências em relatório e poderá:

7.3.1 - Condicionar o recebimento provisório à correção das pendências apontadas, fixando prazo razoável para saneamento pela Contratada; ou

7.3.2 - Rejeitar, total ou parcialmente, os serviços e/ou entregas, quando em desacordo relevante com este Termo de Referência, devendo a Contratada proceder, às suas expensas, à correção, refação, complementação ou substituição, no prazo que vier a ser estabelecido, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.4 - O recebimento definitivo será promovido pelo Gestor do Contrato após:

7.4.1 - A conclusão e aprovação das Etapas 6 e 7 (treinamento operacional da equipe designada pelo Crea-GO e entrega da documentação final/as-built), avaliados e aprovados pelo Fiscal Técnico;

7.4.2 - A ocorrência de período mínimo de 7 (sete) dias corridos de operação estável da solução em ambiente de produção ou pré-produção, contado a partir do recebimento provisório, sem registro de falhas críticas imputáveis ao datastore *Lenovo DEH4200*, ou equivalente, conforme avaliação da área de Tecnologia da Informação do Crea-GO;

7.4.3 - A lavratura de Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo, pelo servidor ou comissão designada, com base nos relatórios de fiscalização, nos registros de operação estável, na conferência dos entregáveis previstos neste Termo de Referência e na confirmação de que foram sanadas as pendências eventualmente identificadas no recebimento provisório.

7.5 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da Contratada quanto à correção de vícios, falhas ou defeitos de funcionamento verificados posteriormente, nem quanto à garantia técnica contratual, permanecendo obrigatória a reparação do objeto, às expensas da Contratada, sempre que necessário.

7.6 - Os serviços e entregas poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, da proposta ou do Contrato, devendo a Contratada corrigir, refazer, complementar ou substituir o objeto rejeitado, às suas expensas, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e da possibilidade de glosa proporcional.

7.7 - Constatada execução parcial, falhas relevantes na prestação ou descumprimento de requisitos mínimos de desempenho e disponibilidade definidos neste Termo de Referência, o Fiscal do Contrato poderá propor glosa proporcional do valor devido, devidamente motivada em relatório, remetendo o documento ao Gestor do Contrato



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

para decisão quanto ao redimensionamento dos valores a pagar, observado o princípio da proporcionalidade e o efetivo proveito econômico para a Administração.

7.8 - O pagamento à Contratada será efetuado em parcela única, após o recebimento definitivo do objeto, o atesto da Nota Fiscal/Fatura pela fiscalização contratual e a liquidação da despesa, vedado o pagamento por etapas intermediárias, uma vez que estas se destinam exclusivamente ao acompanhamento e medição da execução contratual.

7.9 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em nome do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO e encaminhada por meio eletrônico oficial, contendo, no mínimo:

7.9.1 - Identificação da Contratada (razão social e CNPJ);

7.9.2 - Número e data do Contrato;

7.9.3 - Discriminação clara e detalhada do objeto (fornecimento, instalação, configuração, migração e testes do *datastore Lenovo DEH4200*, ou equivalente, conforme Termo de Referência);

7.9.4 - Valor total contratado, em conformidade com a proposta vencedora; e

7.9.5 - Período de referência da execução (da conclusão das etapas até o recebimento definitivo), bem como destaque das retenções tributárias eventualmente cabíveis.

7.10 - Os prazos máximos para liquidação e pagamento observarão o disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, ficando assim estabelecidos:

7.10.1 - Até 15 (quinze) dias úteis para a liquidação da despesa, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura pela Administração, desde que devidamente atestada a execução do objeto; e

7.10.2 - Até 15 (quinze) dias úteis para o pagamento, contados da data da liquidação da despesa.

7.11 - O pagamento ficará condicionado à comprovação, pela Contratada, da manutenção das condições de habilitação exigidas no certame, especialmente quanto à apresentação ou consulta válida das seguintes certidões:

7.11.1 - Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

7.11.2 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

7.11.3 - Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

7.11.4 - Demais certidões fiscais eventualmente indicadas no Edital e no Contrato, quando não disponíveis em consulta eletrônica.

7.12 - Constatada irregularidade na situação fiscal ou trabalhista da Contratada, seja por meio de certidões apresentadas seja em sistemas oficiais de consulta, o pagamento ficará suspenso até a regularização, devendo a Contratada ser notificada para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez por igual período, comprove a regularização ou apresente justificativa, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas cabíveis, inclusive rescisão contratual, quando for o caso.

7.13 - Se houver erro formal ou material, divergência de valores, inconformidade entre a Nota Fiscal/Fatura e o objeto executado ou ausência de documentos exigidos, a Nota Fiscal/Fatura será devolvida à Contratada para correção, ficando o prazo para liquidação e pagamento suspenso, reiniciando-se a contagem a partir da data da reapresentação devidamente regularizada, não sendo devidos quaisquer encargos adicionais à Administração.

7.14 - No momento do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias na fonte cabíveis, nos termos da legislação federal, estadual e municipal aplicável, independentemente dos percentuais eventualmente indicados na proposta comercial da Contratada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

7.15 - A Contratada optante pelo regime do Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá comprovar formalmente essa condição no ato da emissão da Nota Fiscal/Fatura, mediante documento fiscal idôneo ou consulta oficial, para fins de aplicação do tratamento tributário pertinente; a ausência de comprovação poderá ensejar a retenção integral dos tributos devidos.

7.16 - É vedado à Contratada apresentar fatura contendo valores não previstos no Contrato, em desconformidade com os parâmetros pactuados ou referentes a serviços e fornecimentos não autorizados pela Administração, não sendo admitidos pagamentos a qualquer título nessas hipóteses.

8 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, consignada no orçamento do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO para o exercício de 2026: 6.2.2.1.1.02.01.03.006 – Equipamentos de Processamento de Dados.

8.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

9 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - Este Termo de Referência foi elaborado pelo **Departamento de Tecnologia da Informação**, por meio de seus servidores Luciano Garcia de Oliveira e Marcelo Vieira Gomes, em conformidade com a legislação específica e com a necessidade da Administração, aprovado pela autoridade competente, o Presidente do Crea-GO, Engenheiro Lamartine Moreira Júnior.

Goiânia, 6 de fevereiro de 2026.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

ANEXO II - MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA

DECLARO, para os devidos fins, em atendimento ao **Edital do Pregão Eletrônico n.º 90007/2026**, que eu, _____ (nome completo do responsável técnico ou representante da empresa), _____ (profissão), CPF n.º _____, Crea-____ (UF) n.º _____ (quando responsável técnico), na qualidade de responsável técnico e/ou representante legal da empresa _____ (razão social), CNPJ n.º _____, com sede à _____ (endereço completo conforme Contrato social ou estatuto),

REALIZEI VISTORIA TÉCNICA PRESENCIAL nas dependências do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO, com o objetivo de verificar as condições locais necessárias à implantação e execução da solução de armazenamento corporativo do tipo *datastore all flash*, compreendendo, quando aplicável:

- Condições técnicas, operacionais e logísticas para entrega, instalação física, configuração e implantação;
- Infraestrutura existente de rede lógica, energia elétrica, climatização, espaço em rack e conectividade necessária à interligação com a SAN existente;
- Condições do ambiente do Data Center e demais áreas técnicas relacionadas à execução do objeto;
- Eventuais necessidades de compatibilização técnica com a infraestrutura tecnológica existente;
- Aspectos relacionados ao acesso, instalação, migração, testes, suporte técnico e operação assistida da solução.

Declaro, ainda, que obtive as informações necessárias à formulação da proposta, estando ciente das condições locais, técnicas e operacionais para a execução do objeto, comprometendo-me a executar o Contrato nos termos do Edital, do Termo de Referência e de seus Anexos.

____ (Cidade), aos _____ dias do mês de _____ de _____.

Assinatura e carimbo

(Responsável Técnico ou Representante da Empresa)
(CPF n.º: _____)





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

ANEXO III - MODELO DE DISPENSA DE VISTORIA

DECLARO, para os devidos fins, em atendimento ao **Edital do Pregão Eletrônico n.º 90007/2026**, que eu, _____ (nome completo do responsável técnico ou representante da empresa), _____ (profissão), CPF n.º _____, Crea-____ (UF) n.º _____ (quando responsável técnico), na qualidade de responsável técnico e/ou representante legal da empresa _____ (razão social), CNPJ n.º _____, com sede à _____ (endereço completo conforme Contrato social ou estatuto),

OPTO pela não realização da vistoria prévia e **DECLARO**, para fins de elaboração da proposta comercial, que possuo pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto, relacionadas à implantação da solução de armazenamento corporativo do tipo *datastore all flash*, incluindo entrega, instalação, configuração, migração de dados, testes, treinamento, garantia e suporte técnico, com base nas informações e documentos disponibilizados no processo licitatório.

ASSUMO integral responsabilidade por essa opção, ciente de que a não realização da vistoria não poderá ser utilizada como fundamento para questionamentos futuros, alegações de desconhecimento, omissões, pleitos técnicos, financeiros ou pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro relacionados às condições locais de execução.

_____ (Cidade), aos _____ dias do mês de _____ de _____.

Assinatura e carimbo

(Responsável Técnico ou Representante da Empresa)
(CPF N.º: _____)





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2026

NOME/RAZÃO SOCIAL:			
ENDEREÇO:			
MUNICÍPIO:		ESTADO:	
CNPJ:		TELEFONE:	
E-MAIL:			
REPRESENTANTE LEGAL:			
CARGO/FUNÇÃO:			

DISCRIMINAÇÃO

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta para o fornecimento de solução de armazenamento corporativo do tipo *datastore all flash*, composta pelo fornecimento, instalação, configuração, testes, documentação técnica, migração de dados, treinamento operacional, garantia e suporte técnico especializado, com capacidade útil projetada de, no mínimo, 250 TB, incluindo cabos Fibre Channel, SFPs e todos os componentes necessários à interligação com a SAN existente, tomando-se como referência técnica o modelo *Lenovo DEH4200*, ou equivalente, vedada a oferta de solução com desempenho inferior ao especificado, conforme especificado no Anexo I – Termo de Referência, integrante deste Edital.

Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade	Valor proposto (R\$)	
				Unitário	Total
1	Solução de armazenamento corporativo do tipo <i>datastore all flash</i> , com capacidade útil projetada de, no mínimo, 250 TB, composta pelo fornecimento do <i>hardware</i> (<i>Lenovo DEH4200</i> ou equivalente), controladoras redundantes, discos SSD 3DWD, trilhos e acessórios de instalação, licenças essenciais de funcionamento, cabos <i>Fibre Channel</i> e SFPs necessários, serviços de instalação, migração, testes e validação, treinamento operacional, garantia e suporte técnico 24x7 por 60 meses.	Conjunto	1		
Valor total proposto para 60 (sessenta) meses (R\$)					

Declaramos que os valores ofertados nesta proposta abrangem, de forma integral, definitiva e irrevogável, todos os custos, encargos, tributos, despesas administrativas e operacionais, lucro, deslocamentos, diárias, seguros, fornecimento, instalação, configuração, testes, documentação técnica, migração de dados, treinamento, garantia, suporte técnico, licenciamento de softwares, equipamentos, cabos, transceptores, acessórios, suprimentos, reposição de peças e quaisquer outros insumos necessários à fiel execução do objeto contratado, conforme detalhado nos documentos que compõem o processo licitatório.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

Declaramos, sob as penas da lei, que inexistem fatos supervenientes impeditivos de nossa habilitação no certame, comprometendo-nos a comunicar prontamente à Administração qualquer alteração superveniente que comprometa as condições ora declaradas.

Reconhecemos e declaramos, por fim, que temos pleno conhecimento de todas as condições, exigências e cláusulas constantes do Edital e de seus Anexos, bem como da legislação aplicável à matéria, em especial da Lei nº 14.133/2021, e que as aceitamos de forma integral, irretroatável e sem quaisquer ressalvas.

A proposta deve abranger a totalidade dos itens que compõem o **item único, conforme o Edital.*

DADOS BANCÁRIOS

Banco: _____ N.º da agência: _____

Conta-Corrente Pessoa Jurídica: _____

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ dias (observar o prazo mínimo previsto no Edital)

<Cidade>, _____ de _____ de 2026.

Nome:

Cargo:

Assinatura:

Carimbo CNPJ:

Assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ da empresa.

Quando não for sócio/diretor figurante dos estatutos sociais, apresentar respectiva procuração.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

ANEXO V - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE
SI O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DE GOIÁS - CREA-GO E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - DAS PARTES

CONTRATANTE: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - Crea-GO, Autarquia Pública Federal, Art. 80 da Lei 5.194/66, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.619.022/0001-05, estabelecido à Rua 239, n.º 561, Setor Universitário, Goiânia-GO, CEP n.º 74.605-070, neste ato representado por seu Presidente, Engenheiro Lamartine Moreira Junior, brasileiro, casado, registro profissional no CREA n.º 7797/D-GO, CPF n.º XX3.195.7XX-XX, RG n.º 1967XXX - SSP-GO, residente e domiciliado nesta capital.

CONTRATADA: _____

2 - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - O presente Contrato decorre do PREGÃO ELETRÔNICO n.º 90007/2026, realizado em 18 de maio de 2026, em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, tendo em vista o teor do processo administrativo n.º 30251/2026, parte integrante do presente Contrato, regendo-o, no que for omissivo.

3 - DO OBJETO

3.1 - O objeto do presente Contrato é o fornecimento de solução de armazenamento corporativo do tipo datastore all flash, composta pelo fornecimento, instalação, configuração, testes, documentação técnica, migração de dados, treinamento operacional, garantia e suporte técnico especializado, com capacidade útil projetada de, no mínimo, 250 TB, incluindo cabos Fibre Channel, SFPs e todos os componentes necessários à interligação com a SAN existente, garantindo o pleno funcionamento no Data Center do Crea-GO, tomando-se como referência de especificações técnicas o modelo *Lenovo DEH4200*, ou equivalente, vedada a oferta de solução com desempenho inferior ao especificado, conforme especificações, quantitativos e exigências estabelecidas no Termo de Referência e em seus Anexos.

3.2 - O objeto será executado sob a forma de item único, correspondente à solução integrada descrita no item 3.1, nos prazos e condições definidos neste Contrato e no Termo de Referência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade	Valor (R\$)	
				Unitário	Total
1	Solução de armazenamento corporativo do tipo <i>datastore all flash</i> , com capacidade útil projetada de, no mínimo, 250 TB, composta pelo fornecimento do <i>hardware</i> (<i>Lenovo DEH4200</i> ou equivalente), controladoras redundantes, discos SSD 3DWD, trilhos e acessórios de instalação, licenças essenciais de funcionamento, cabos <i>Fibre Channel</i> e SFPs necessários, serviços de instalação, migração, testes e validação, treinamento operacional, garantia e suporte técnico 24x7 por 60 meses.	Conjunto	1		
Valor total para 60 (sessenta) meses (R\$)					

3.3 - O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____), conforme proposta comercial vencedora adjudicada no PREGÃO ELETRÔNICO n.º 90007/2026, correspondente ao valor global do item único, observado o detalhamento constante do Termo de Referência e da proposta da Contratada.

3.4 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 3.4.1 - O Termo de Referência;
- 3.4.2 - Todo o teor do Processo Administrativo da Contratante de n.º 30251/2026;
- 3.4.3 - O Edital da Licitação;
- 3.4.4 - A Proposta da Contratada;
- 3.4.5 - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

4 - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1 - O prazo de vigência do Contrato será de **60 (sessenta) meses**, contados do recebimento definitivo da solução, abrangendo o período destinado à implantação integral do objeto e à prestação da garantia e do suporte técnico 24x7, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

5 - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

5.1 - A execução do objeto contratual ocorrerá de forma planejada e sequencial, observadas as etapas, condições técnicas, requisitos de aceitação, critérios de fiscalização e procedimentos de gestão estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência, os quais constituem condição para o recebimento provisório e definitivo da solução de armazenamento corporativo do tipo *datastore all flash*, tomando-se como referência técnica o modelo *Lenovo DEH4200*, ou equivalente.

5.2 - Modelo de execução do objeto

5.2.1 - Antes do início das atividades de entrega e instalação, a Contratada deverá elaborar e apresentar ao Crea-GO plano de trabalho detalhado para implantação da solução, contemplando, no mínimo, o cronograma de atividades, os procedimentos de instalação física e lógica, os procedimentos de migração de dados, o plano de testes e o plano



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

de rollback a ser aplicado em caso de insucesso na migração.

5.2.2 - O plano de trabalho será analisado e validado pela equipe de Tecnologia da Informação do Crea-GO, que poderá solicitar ajustes, esclarecimentos ou complementações, sendo vedado o início das etapas subsequentes sem a prévia aprovação formal desse plano.

5.2.3 - Após a aprovação do plano de trabalho, a Contratada deverá proceder à entrega da solução de armazenamento nas dependências do Crea-GO, em perfeitas condições de uso, com embalagem íntegra e lacres preservados, acompanhada da documentação fiscal e técnica pertinente.

5.2.4 - Na sequência, a Contratada realizará a instalação física da solução, incluindo a montagem em rack padrão 19 polegadas, a fixação de trilhos e acessórios, a instalação dos cabos Fibre Channel e dos transceptores ópticos (SFPs) fornecidos, bem como a conexão da solução às SANs existentes, em conformidade com a topologia previamente validada com a equipe de TI do Crea-GO e com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

5.2.5 - Eventuais necessidades de adequação de energia, refrigeração, espaço em rack ou cabeamento deverão ser comunicadas pela Contratada à Administração durante a fase de planejamento, não podendo ser alegadas posteriormente como justificativa para descumprimento de prazos ou obrigações contratuais.

5.2.6 - Concluída a instalação física, a Contratada deverá proceder à configuração lógica mínima necessária ao pleno funcionamento da solução, incluindo, no que couber:

- a) Atualização de firmware e microcódigo para versões recomendadas pelo fabricante;
- b) Configuração das controladoras em alta disponibilidade;
- c) Definição e configuração dos pools de armazenamento;
- d) Criação de volumes e LUNs compatíveis com as necessidades informadas pelo Crea-GO;
- e) Configuração de multipath;
- f) Definição de zoning nos switches SAN; e
- g) Integração com o ambiente VMware vSphere utilizado pelo Crea-GO.

5.2.7 - Nessa etapa também deverá ser realizada a parametrização de mecanismos de alertas, logs e monitoramento, de forma a permitir o acompanhamento proativo da saúde do ambiente, em conformidade com os requisitos de segurança e monitoramento previstos no Termo de Referência.

5.2.8 - A Contratada deverá planejar e executar a migração dos volumes atualmente armazenados nos storages legados para a nova solução, observando as janelas de manutenção previamente acordadas com o Crea-GO e as estratégias de mitigação de riscos definidas no plano de trabalho aprovado.

5.2.9 - A migração deverá ser conduzida por procedimentos que assegurem a integridade e a não perda de dados, contemplando, quando tecnicamente aplicável, a preservação de snapshots essenciais e a adoção de técnicas de replicação ou cópia que minimizem a indisponibilidade dos serviços.

5.2.10 - Ao término de cada ciclo de migração, deverão ser realizados testes de validação, com participação das equipes técnicas do Crea-GO, a fim de confirmar o correto acesso aos dados migrados, a coerência das permissões e a estabilidade do ambiente.

5.2.11 - Concluída a migração, a Contratada deverá executar bateria de testes finais, previamente descritos no plano de testes aprovado, contemplando, no mínimo:

- a) Verificações de desempenho e latência;
- b) Failover e failback entre controladoras e caminhos de acesso;
- c) Execução e restauração de snapshots;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

- d) Comportamento da solução sob carga elevada;
- e) Funcionamento dos mecanismos de monitoramento e geração de alertas; e
- f) Verificação da correta aplicação da criptografia de dados em repouso.

5.2.12 - Somente após a realização satisfatória dos testes finais, com validação formal dos resultados pela equipe de TI do Crea-GO, a solução poderá ser considerada apta para aceitação técnica provisória, na forma prevista neste Contrato e no Termo de Referência.

5.2.13 - Após a conclusão dos testes finais, a Contratada deverá ministrar treinamento presencial, com carga horária mínima de 8 (oito) horas, para a equipe técnica indicada pelo Crea-GO, abrangendo, no mínimo:

- a) administração da solução de armazenamento ofertada;
- b) criação, expansão e gestão de LUNs e volumes;
- c) configuração e gerenciamento de snapshots;
- d) boas práticas de operação e manutenção preventiva; e
- e) procedimentos de solução de incidentes e abertura de chamados de suporte junto ao fabricante.

5.2.14 - Ao término do treinamento, deverá ser emitido termo ou relatório de participação, a ser assinado pelos participantes e pelo instrutor, o qual será anexado ao processo de contratação como evidência da transferência de conhecimento.

5.2.15 - Como etapa final da implantação, a Contratada deverá entregar a documentação técnica completa do ambiente, em formato físico e/ou digital, composta, no mínimo, por:

- a) Mapa completo dos volumes e LUNs configurados;
- b) Diagrama atualizado da SAN, contendo conexões entre o datastore, switches e hosts;
- c) Checklist de instalação física e lógica;
- d) Relatório consolidado dos testes realizados;
- e) Relatório detalhado da migração de dados;
- f) Relação de credenciais administrativas e técnicas entregues em envelope lacrado, quando cabível;
- g) Manuais e guias de operação; e
- h) Procedimentos operacionais padrão recomendados para administração rotineira da solução.

5.2.16 - A documentação deverá ser assinada por representante legal ou responsável técnico da Contratada e será avaliada pela equipe de TI do Crea-GO, que poderá solicitar esclarecimentos ou complementações, sendo sua aprovação condição para a aceitação definitiva do objeto, em conjunto com as demais exigências contratuais.

5.3 - Modelo de gestão contratual

5.3.1 - O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas pactuadas, com o Termo de Referência e com os preceitos da Lei nº 14.133/2021, sendo cada qual responsável pelas consequências da inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.

5.3.2 - A gestão contratual será exercida por gestor formalmente designado pela autoridade competente do Crea-GO, e a fiscalização será exercida por fiscal ou fiscais designados, sendo a fiscalização técnica de responsabilidade da área de Tecnologia da Informação do Crea-GO, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo.

5.3.3 - Compete ao Gestor do Contrato:

- a) Atuar como interlocutor principal entre o Crea-GO e a Contratada, consolidando as informações relativas à execução;
- b) Acompanhar o cumprimento do plano de trabalho e dos marcos de execução previstos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

- c) Receber e analisar as comunicações e relatórios emitidos pelos fiscais do Contrato;
- d) Propor à autoridade competente a adoção de medidas corretivas, aplicação de sanções, revisão ou extinção contratual, quando cabível;
- e) Acompanhar o cumprimento de prazos contratuais e demais condições administrativas;
- f) Conferir notas fiscais, relatórios de execução e documentos de cobrança apresentados pela Contratada, encaminhando-os para atesto e pagamento, quando for o caso;
- g) Verificar, antes de cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação exigidas no certame, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada;
- h) Promover reuniões periódicas de acompanhamento entre as partes, assegurando comunicação eficaz e resolução tempestiva de problemas;
- i) Garantir a rastreabilidade das decisões e a adequada circulação das informações relativas à execução contratual.

5.3.4 - Compete ao Fiscal do Contrato:

- a) Verificar o cumprimento das obrigações técnicas assumidas pela Contratada, especialmente quanto à entrega, instalação, configuração, migração de dados, testes, treinamento, documentação técnica, garantia e suporte da solução de armazenamento;
- b) Registrar, em instrumento próprio, ocorrências relevantes relacionadas à qualidade, desempenho, disponibilidade, prazos e conformidade técnica das entregas;
- c) Determinar formalmente à Contratada a correção de falhas, vícios ou inconformidades identificadas, fixando prazos para saneamento;
- d) Comunicar ao Gestor do Contrato, de forma circunstanciada, as irregularidades que possam ensejar aplicação de sanções, revisão das condições pactuadas ou extinção contratual;
- e) Solicitar e analisar relatórios técnicos detalhados sempre que necessário, assegurando que a Contratada cumpra tempestivamente todas as exigências técnicas;
- f) Acompanhar o cumprimento das obrigações ambientais, de segurança da informação e de proteção de dados previstas no Contrato e no Termo de Referência.

5.3.5 - O acompanhamento e a fiscalização do Contrato pela Administração não eximem a Contratada da responsabilidade por vícios, falhas, atrasos ou inadimplementos, nem reduzem ou excluem sua obrigação de reparar eventuais danos causados ao Crea-GO ou a terceiros em decorrência da execução contratual.

5.3.6 - A persistência de não conformidades, descumprimentos contratuais ou reincidência em falhas poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na legislação e neste Contrato, sem prejuízo da extinção contratual por inadimplemento, quando cabível.

5.3.7 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, preposto devidamente autorizado e aceito pelo Crea-GO, com poderes para representá-la tecnicamente perante o Gestor e os Fiscais do Contrato e para promover, de imediato, as medidas corretivas necessárias à regularidade da execução.

5.3.8 - A Contratada responderá integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, ambientais, comerciais e securitários relativos à execução do Contrato, não cabendo ao Crea-GO qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária por tais obrigações, salvo hipóteses expressamente previstas em lei ou decisão judicial.

5.3.9 - A Contratada deverá fornecer ao Crea-GO, quando solicitado, relação atualizada de todas as subcontratações acessórias devidamente autorizadas realizadas no âmbito do Contrato, assegurando que os subcontratados também cumpram as obrigações contratuais e legais pertinentes.

5.3.10 - Durante todo o período de garantia contratual, fixado em 60 (sessenta) meses contados da aceitação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

definitiva da solução, a Contratada deverá:

- a) Manter suporte técnico 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para atendimento a incidentes relacionados à solução de armazenamento;
- b) Apresentar, sempre que solicitado pelo Gestor ou pelos Fiscais do Contrato, relatórios de chamados e atendimentos realizados, contendo, no mínimo, data e hora de abertura, classificação do incidente, tempo de resposta, tempo de solução e medidas adotadas;
- c) Realizar, às suas expensas, em regime on-site, a substituição de quaisquer peças ou componentes defeituosos necessários à plena operação da solução, dentro dos prazos de atendimento e solução estabelecidos no Contrato;
- d) Assegurar atualização de firmware e microcódigo do equipamento, conforme recomendações do fabricante, desde que tais atualizações não acarretem perda de funcionalidades ou redução de desempenho, devendo comunicar previamente ao Crea-GO as janelas de manutenção necessárias.

5.3.11 - As comunicações entre as partes deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se mensagem eletrônica oficial, desde que assegurada a comprovação do envio e do recebimento.

5.3.12 - Após a assinatura do Contrato, a Administração poderá convocar representante da Contratada para reunião inicial destinada à apresentação do plano de fiscalização, dos marcos de execução, dos mecanismos de acompanhamento e das sanções aplicáveis.

6 - DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1 - É vedada a subcontratação integral do objeto, sendo a Contratada diretamente responsável pelo fornecimento do *storage* e pela execução dos serviços de instalação, configuração, migração de dados, treinamento e suporte técnico previstos neste Termo de Referência.

6.2 - Será admitida, mediante prévia e expressa anuência da Administração, a subcontratação parcial de atividades estritamente acessórias, tais como serviços de transporte, logística e movimentação física de equipamentos, limitada, em qualquer caso, a até 30% (trinta por cento) do valor total contratado, permanecendo a Contratada principal integralmente responsável perante o Crea-GO pela execução do objeto, pela qualidade dos serviços prestados e pelos atos de seus subcontratados.

6.3 - Não será admitida a subcontratação de terceiros para a execução das atividades consideradas núcleo do objeto, especialmente instalação lógica, parametrização, integração com a SAN e ambiente *VMware*, migração de dados, treinamento técnico da equipe do Crea-GO e suporte especializado durante o período de garantia, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções cabíveis.

6.4 - A disciplina da subcontratação ora estabelecida visa compatibilizar a necessidade de preservação do controle técnico sobre as atividades críticas do Contrato com a possibilidade de utilização eficiente da cadeia produtiva para atividades acessórias, sem transferência de responsabilidade da Contratada perante a Administração.

6.5 - É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que possua vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do Crea-GO ou com agente público que desempenhe funções de direção, chefia ou assessoramento e atue na área responsável pela licitação, pela fiscalização ou pela gestão do Contrato, estendendo-se a vedação a cônjuges, companheiros e parentes até o terceiro grau, nos termos da legislação aplicável.

6.6 - A Contratada deverá fornecer ao Crea-GO, quando solicitado, relação atualizada de todas as subcontratações acessórias devidamente autorizadas realizadas no âmbito do Contrato, assegurando que os subcontratados também cumpram as obrigações contratuais e legais pertinentes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

7 - DO PAGAMENTO

7.1 - O valor total da contratação, na forma da proposta vencedora adjudicada no PREGÃO ELETRÔNICO n.º 90007/2026, é de R\$ _____ (_____), já incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do objeto, tais como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, despesas operacionais, deslocamentos, diárias, seguros, fornecimento, instalação, configuração, testes, documentação técnica, migração de dados, treinamento, garantia, suporte técnico, licenciamento de software, equipamentos, cabos, transceptores, acessórios, suprimentos, reposição de peças e quaisquer outros encargos incidentes, não cabendo à Contratante qualquer pagamento adicional sob qualquer pretexto.

7.2 - O recebimento do objeto contratado será formalizado em 2 (duas) fases, provisória e definitiva, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, condicionadas à comprovação da conformidade da solução de armazenamento corporativo ofertada com as especificações técnicas deste Contrato, do Termo de Referência e com as demais obrigações contratuais assumidas pela Contratada.

7.3 - O recebimento provisório ocorrerá após concluída a Etapa 5 de execução, compreendendo planejamento aprovado, entrega e instalação física, configuração lógica, migração de dados e testes finais, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da comunicação formal da Contratada acerca da conclusão dessas etapas, e dependerá, no mínimo, de:

7.3.1 - Inspeção técnica realizada pelo Fiscal Técnico do Contrato, com apoio do Fiscal Administrativo, para verificação da adequada instalação física e lógica da solução, da conclusão da migração de dados aprovada pela área de TI e da execução satisfatória dos testes de desempenho, latência, failover/failback, snapshots, comportamento sob carga, monitoramento e segurança, conforme os parâmetros definidos neste Contrato e no Termo de Referência;

7.3.2 - Emissão de relatório circunstanciado de recebimento provisório, elaborado pelo Fiscal Técnico, indicando as verificações realizadas, as evidências analisadas, eventuais pendências, não conformidades ou restrições e as recomendações pertinentes, o qual será encaminhado ao Gestor do Contrato para ciência e providências cabíveis.

7.4 - Constatadas falhas, vícios ou desconformidades parciais na execução do objeto por ocasião do recebimento provisório, o Fiscal do Contrato registrará as ocorrências em relatório e poderá:

7.4.1 - Condicionar o recebimento provisório à correção das pendências apontadas, fixando prazo razoável para saneamento pela Contratada; ou

7.4.2 - Rejeitar, total ou parcialmente, os serviços e/ou entregas, quando em desacordo relevante com o Contrato ou com o Termo de Referência, devendo a Contratada proceder, às suas expensas, à correção, refação, complementação ou substituição, no prazo que vier a ser estabelecido, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.5 - O recebimento definitivo será promovido pelo Gestor do Contrato após:

7.5.1 - Conclusão e aprovação das Etapas 6 e 7, compreendendo treinamento operacional da equipe designada pelo Crea-GO e entrega da documentação final/as-built, avaliados e aprovados pelo Fiscal Técnico;

7.5.2 - A ocorrência de período mínimo de 7 (sete) dias corridos de operação estável da solução em ambiente de produção ou pré-produção, contado a partir do recebimento provisório, sem registro de falhas críticas imputáveis à solução, conforme avaliação da área de Tecnologia da Informação do Crea-GO;

7.5.3 - A lavratura de Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo, pelo servidor ou comissão designada, com base nos relatórios de fiscalização, nos registros de operação estável, na conferência dos entregáveis previstos neste Contrato e na confirmação de que foram sanadas as pendências eventualmente identificadas no recebimento provisório.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

7.6 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da Contratada quanto à correção de vícios, falhas ou defeitos de funcionamento verificados posteriormente, nem quanto à garantia técnica contratual, permanecendo obrigatória a reparação do objeto, às expensas da Contratada, sempre que necessário.

7.7 - Os serviços e entregas poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações deste Contrato, do Termo de Referência ou da proposta da Contratada, devendo a Contratada corrigir, refazer, complementar ou substituir o objeto rejeitado, às suas expensas, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e da possibilidade de glosa proporcional.

7.8 - Constatada execução parcial, falhas relevantes na prestação ou descumprimento de requisitos mínimos de desempenho e disponibilidade definidos neste Contrato e no Termo de Referência, o Fiscal do Contrato poderá propor glosa proporcional do valor devido, devidamente motivada em relatório, remetendo o documento ao Gestor do Contrato para decisão quanto ao redimensionamento dos valores a pagar, observado o princípio da proporcionalidade e o efetivo proveito econômico para a Administração.

7.9 - O pagamento à Contratada será efetuado em parcela única, após o recebimento definitivo do objeto, o atesto da Nota Fiscal/Fatura pela fiscalização contratual e a liquidação da despesa, vedado o pagamento por etapas intermediárias, uma vez que estas se destinam exclusivamente ao acompanhamento e à medição da execução contratual.

7.10 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em nome do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - Crea-GO e encaminhada por meio eletrônico oficial, contendo, no mínimo:

7.10.1 - Identificação da Contratada, com razão social e CNPJ;

7.10.2 - Número e data do Contrato;

7.10.3 - Discriminação clara e detalhada do objeto, compreendendo o fornecimento, instalação, configuração, migração e testes da solução de armazenamento corporativo, conforme este Contrato e o Termo de Referência;

7.10.4 - Valor total contratado, em conformidade com a proposta vencedora; e

7.10.5 - Período de referência da execução, compreendendo da conclusão das etapas até o recebimento definitivo, bem como destaque das retenções tributárias eventualmente cabíveis.

7.11 - Os prazos máximos para liquidação e pagamento observarão o disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, ficando assim estabelecidos:

7.11.1 - Até 15 (quinze) dias úteis para a liquidação da despesa, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura pela Administração, desde que devidamente atestada a execução do objeto;

7.11.2 - Até 15 (quinze) dias úteis para o pagamento, contados da data da liquidação da despesa.

7.12 - O pagamento ficará condicionado à comprovação, pela Contratada, da manutenção das condições de habilitação exigidas no certame, especialmente quanto à apresentação ou consulta válida das seguintes certidões:

7.12.1 - Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

7.12.2 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

7.12.3 - Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

7.12.4 - Demais certidões fiscais eventualmente indicadas no Edital e neste Contrato, quando não disponíveis em consulta eletrônica.

7.13 - Constatada irregularidade na situação fiscal ou trabalhista da Contratada, seja por meio de certidões apresentadas seja em sistemas oficiais de consulta, o pagamento ficará suspenso até a regularização, devendo a Contratada ser notificada para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez por igual período,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

comprove a regularização ou apresente justificativa, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas cabíveis, inclusive extinção contratual, quando for o caso.

7.14 - Se houver erro formal ou material, divergência de valores, inconformidade entre a Nota Fiscal/Fatura e o objeto executado, ou ausência de documentos exigidos, a Nota Fiscal/Fatura será devolvida à Contratada para correção, ficando o prazo para liquidação e pagamento suspenso, reiniciando-se a contagem a partir da data da reapresentação devidamente regularizada, não sendo devidos quaisquer encargos adicionais à Administração.

7.15 - No momento do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias na fonte cabíveis, nos termos da legislação federal, estadual e municipal aplicável, independentemente dos percentuais eventualmente indicados na proposta comercial da Contratada.

7.16 - A Contratada optante pelo regime do Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, deverá comprovar formalmente essa condição no ato da emissão da Nota Fiscal/Fatura, mediante documento fiscal idôneo ou consulta oficial, para fins de aplicação do tratamento tributário pertinente; a ausência de comprovação poderá ensejar a retenção integral dos tributos devidos.

7.17 - É vedado à Contratada apresentar fatura contendo valores não previstos no Contrato, em desconformidade com os parâmetros pactuados ou referentes a serviços e fornecimentos não autorizados pela Administração, não sendo admitidos pagamentos a qualquer título nessas hipóteses.

7.18 - É vedado pagamento antecipado, total ou parcial, ressalvadas as hipóteses excepcionais legalmente admitidas e devidamente justificadas, nos termos da legislação aplicável.

7.19 - Nenhum pagamento será realizado enquanto houver pendência contratual relevante, documentação fiscal em desconformidade com as exigências deste Contrato ou inadimplemento da Contratada quanto às obrigações legais, fiscais, trabalhistas ou previdenciárias que impeçam a regular liquidação da despesa.

7.20 - Caso o pagamento não ocorra nos prazos estipulados nesta cláusula, desde que a Contratada não tenha dado causa ao atraso, incidirão encargos moratórios calculados na forma da legislação aplicável.

8 - DO REAJUSTE

8.1 - Os preços contratados são fixos e irrevogáveis, não se aplicando índice de reajuste anual, uma vez que o pagamento será efetuado em parcela única após o recebimento definitivo do objeto, nos termos deste Termo de Referência e do Contrato.

8.2 - A inexistência de cláusula de reajuste não afasta a possibilidade de revisão para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nas hipóteses previstas em lei, desde que demonstrada, de forma objetiva e documental, a ocorrência de fato superveniente que altere significativamente as condições originalmente pactuadas, inclusive nas situações de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fato da Administração que onerem excessivamente a execução.

8.3 - Eventual pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado pela Contratada por meio de requerimento formal dirigido à Administração, instruído com justificativa técnico-econômica e documentação comprobatória do desequilíbrio alegado, cabendo ao Crea-GO analisar o pleito à luz da legislação vigente, dos elementos do processo de contratação e do interesse público, sendo vedada a concessão de efeitos retroativos além dos limites legais.

8.4 - A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando cabível e aprovada, será formalizada mediante termo aditivo, observados os limites e condições estabelecidos na legislação aplicável, não implicando, por si só,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

prorrogação de prazos ou alteração de outras cláusulas contratuais, salvo se expressamente ajustado entre as partes.

8.5 - Não caracterizará hipótese de revisão a simples variação de preços de mercado dentro de padrões normais de oscilação ou decorrente de riscos ordinários inerentes à atividade econômica da Contratada, os quais já se consideram contemplados na proposta apresentada.

9 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 - A Contratante deverá exigir da Contratada o cumprimento fiel de todas as obrigações pactuadas, em conformidade com este Termo de Referência, com o Edital, com o Contrato e com a legislação aplicável, especialmente quanto às especificações técnicas, prazos, níveis de serviço, condições de garantia e demais compromissos assumidos.

9.1.1 - A Contratante deverá garantir que a Contratada tenha acesso às informações e documentação necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais, sem omitir dados ou detalhes cruciais que possam comprometer a execução da solução ou a entrega conforme o previsto.

9.2 - A Contratante designará, por ato da autoridade competente, o Gestor do Contrato e os Fiscais, técnico e administrativo, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, assegurando-lhes as condições necessárias para o adequado acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

9.3 - Compete à Contratante fornecer, em tempo hábil, informações, documentos, esclarecimentos e decisões necessários ao regular desenvolvimento das atividades de instalação, configuração, migração de dados, testes, treinamento e suporte, evitando atrasos de execução imputáveis à Administração.

9.4 - A Contratante deverá garantir à Contratada o acesso às dependências necessárias à execução do objeto, em especial às salas do *Data Center* e demais ambientes técnicos onde se encontrarem instalados o *datastore Lenovo DEH4200*, ou equivalente, as SANs e os servidores atendidos, observadas as normas internas de segurança física, lógica e de controle de acesso.

9.4.1 - A Contratante deverá comunicar com antecedência mínima de **48 (quarenta e oito) horas** sobre qualquer alteração nas condições de acesso às dependências que possa afetar a execução do objeto contratado, incluindo a necessidade de ajustes em janelas de manutenção ou migração.

9.5 - A Contratante disponibilizará, em conjunto com a Contratada, janelas de manutenção e de migração, previamente acordadas, em horários e datas que minimizem o impacto às atividades institucionais, zelando para que as áreas usuárias sejam devidamente informadas sobre eventuais interrupções planejadas de serviços.

9.6 - A Contratante deverá validar as entregas e etapas de execução da solução de armazenamento em conformidade com o cronograma e com o modelo de execução, promovendo o recebimento provisório e definitivo do objeto nos termos deste Termo de Referência, mediante análise dos relatórios de testes, da documentação técnica entregue e da operação estável da solução.

9.7 - A Contratante compromete-se a efetuar o pagamento devido à Contratada nas condições, prazos e forma estabelecidos no Contrato, observadas as exigências de recebimento definitivo, atesto da Nota Fiscal e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, bem como a realizar as retenções legais e tributárias cabíveis, nos termos da legislação vigente.

9.7.1 - Caso a Contratante identifique qualquer inconformidade nos documentos apresentados para pagamento, deverá notificar a Contratada no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, especificando os motivos da discordância e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

dando prazo para a regularização, sem prejuízo da aplicação das sanções pertinentes em caso de falha recorrente.

9.8 - A Contratante deverá notificar a Contratada, preferencialmente por escrito e por meio eletrônico oficial, sempre que forem detectados vícios, falhas, inconformidades ou descumprimentos de obrigações contratuais, fixando prazos para regularização e acompanhando a adoção das soluções técnicas corretas.

9.9 - A Contratante se absterá de intervir na gestão de pessoal da Contratada, sendo-lhe vedado exercer poder hierárquico sobre empregados da Contratada, determinar sua contratação ou dispensa, desviar suas funções ou conceder-lhes benefícios privativos de servidores ou empregados públicos, sem prejuízo da exigência de substituição de profissionais manifestamente inadequados ou que descumpram normas de segurança e sigilo.

9.10 - A Contratante deverá manter arquivo organizado dos documentos relevantes relativos à execução do Contrato, tais como termos de recebimento provisório e definitivo, relatórios de fiscalização, notificações, registros de ocorrências e comunicações formais com a Contratada, para fins de controle, transparência e eventual apuração de responsabilidades.

9.11 - A Contratante se compromete a manter a documentação relacionada à execução contratual acessível e organizada, permitindo o acompanhamento contínuo e a transparência no processo de execução, bem como garantindo que as informações necessárias estejam disponíveis para auditorias ou fiscalizações internas e externas.

9.12 - A Contratante informará previamente à Contratada qualquer mudança estrutural relevante no ambiente de tecnologia da informação que possa impactar a solução de armazenamento Contratada, tais como alterações significativas na infraestrutura do *Data Center*, nas SANs, em políticas de segurança ou em arquiteturas de virtualização, de modo a permitir a adequada avaliação de riscos e a adoção de medidas de ajuste necessárias.

9.12.1 - A Contratante deverá garantir que as informações sobre mudanças estruturais relevantes no ambiente de TI sejam compartilhadas com a Contratada o mais rápido possível, permitindo a implementação de ajustes ou atualizações na solução de armazenamento antes que tais alterações impactem o desempenho ou a integridade da operação.

9.13 - Sempre que identificar descumprimento contratual, a Contratante deverá registrar as ocorrências de forma detalhada e tempestiva, garantindo que a Contratada seja formalmente notificada sobre as falhas e tenha a oportunidade de apresentar justificativas ou planos de correção antes da adoção de sanções mais graves.

9.14 - Nos casos de descumprimento contratual grave, reiterado ou que possa ensejar a aplicação de sanções mais gravosas ou a rescisão do Contrato, a Contratante encaminhará o caso à unidade jurídica competente do Crea-GO para análise e adoção das medidas administrativas ou judiciais cabíveis, observada a legislação de regência.

10 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 - A Contratada deverá executar o objeto contratual com estrita observância deste Termo de Referência, do Edital, da minuta contratual e da legislação aplicável, assumindo integral responsabilidade técnica, administrativa, trabalhista, previdenciária, ambiental e civil pelas consequências de sua execução, inclusive por eventuais danos causados a terceiros ou ao patrimônio do Crea-GO.

10.2 - Obrigações gerais:

10.2.1 - Fornecer equipamento de armazenamento corporativo novo, de primeiro uso, original de fábrica, sem recondicionamento, do tipo *datastore all flash*, tomando-se como referência técnica o modelo *Lenovo DEH4200*, ou equivalente, em estrita conformidade com as especificações técnicas estabelecidas na cláusula 4 deste Termo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

de Referência.

10.2.2 - Garantir, por meio da solução ofertada, compatibilidade plena com o ambiente tecnológico Lenovo já existente no *Data Center* do Crea-GO, ou equivalente, assegurando a interoperabilidade com os servidores, *storages* e infraestrutura de rede de armazenamento atualmente em uso.

10.2.3 - Utilizar, em todas as fases de implantação, migração e suporte da solução, apenas profissionais tecnicamente qualificados, com as certificações exigidas no Edital, mantendo-os devidamente vinculados à Contratada e à disposição do Crea-GO sempre que necessário.

10.2.4 - Cumprir rigorosamente as normas técnicas e recomendações de instalação, configuração, operação e manutenção emitidas pelo fabricante do *datastore* *Lenovo DEH4200*, ou equivalente, e pelos fabricantes das demais tecnologias envolvidas (como sistemas operacionais, ambiente de virtualização e equipamentos de SAN), vedado o uso de métodos ou componentes incompatíveis com tais orientações.

10.2.5 - Cooperar com o Gestor e com os Fiscais do Contrato, fornecendo todas as informações técnicas, relatórios, registros de logs e demais elementos solicitados para fins de acompanhamento, fiscalização, auditoria ou apuração de ocorrências relacionadas à execução contratual.

10.2.6 - Manter sigilo sobre informações técnicas, operacionais e dados aos quais tiver acesso em razão da execução contratual, especialmente dados pessoais e informações sensíveis processados ou armazenados na infraestrutura do Crea-GO, utilizando-os exclusivamente para o cumprimento do objeto e observando as regras de segurança da informação e de proteção de dados vigentes.

10.2.7 - Observar integralmente as normas internas do Crea-GO relativas ao acesso às dependências físicas, segurança da informação, uso de credenciais, acesso remoto e abertura de chamados, responsabilizando-se pelos atos de seus empregados, prepostos e eventuais subcontratados durante a execução do Contrato.

10.2.8 - Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar etapas relevantes da execução contratual sem prévia anuência expressa do Crea-GO, permanecendo, em qualquer hipótese, integralmente responsável pelos atos de eventuais subcontratados.

10.2.9 - Manter atualizados, durante toda a vigência contratual, os dados de contato (telefone, e-mail) de seus responsáveis técnico e administrativo junto ao Crea-GO, para fins de comunicação sobre incidentes, janelas de manutenção e demais assuntos relacionados ao Contrato.

10.2.10 - Observar, nas atividades de fornecimento, instalação, manutenção e destinação de partes e peças substituídas, os requisitos de sustentabilidade previstos neste Termo de Referência, em especial quanto à destinação ambientalmente adequada de resíduos eletroeletrônicos.

10.3 - Obrigações durante a instalação, configuração e migração:

10.3.1 - Planejar e executar a instalação física e lógica do *datastore* *Lenovo DEH4200*, ou equivalente, em conformidade com o plano de trabalho aprovado pelo Crea-GO, adotando boas práticas de montagem em rack, cabeamento estruturado, organização de conexões e identificação de portas e interfaces.

10.3.2 - Proteger as informações e dados acessados durante as atividades de implantação e migração, adotando medidas técnicas e organizacionais adequadas para evitar perda, alteração, acesso não autorizado ou divulgação indevida, sendo vedada a cópia ou o transporte de dados do Crea-GO para mídias ou ambientes externos, salvo quando expressamente autorizado pela Administração.

10.3.3 - Executar a migração dos dados dos *storages* legados para o novo *datastore* de forma controlada e segura, minimizando indisponibilidades e preservando, sempre que tecnicamente possível, *snapshots* e pontos de restauração essenciais, conforme definido com a área de Tecnologia da Informação do Crea-GO.

10.3.4 - Realizar, após a instalação e a migração, testes completos de redundância, desempenho, latência,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

failover/failback, funcionalidade de *snapshots*, comportamento sob carga e integração com o ambiente de virtualização e com os servidores que utilizarão a nova solução, corrigindo, às suas expensas, quaisquer falhas ou inconformidades identificadas.

10.3.5 - Adotar todas as medidas necessárias para evitar impactos indevidos à operação dos sistemas corporativos durante as janelas de implantação e migração, observando os cronogramas e procedimentos previamente acordados com o Crea-GO.

10.3.6 - Elaborar e submeter à aprovação do Crea-GO, antes do início da migração, plano de reversão/contingência das atividades, contemplando procedimentos para retorno ao ambiente anterior em caso de falhas graves que impeçam a conclusão bem-sucedida da migração, de forma a resguardar a continuidade dos serviços de TI.

10.3.7 - Registrar e documentar todas as alterações de configuração realizadas na solução de armazenamento e em componentes correlatos durante a implantação e a migração, entregando ao Crea-GO, ao final dessas etapas, a documentação “as built” em formato previamente acordado, contendo, no mínimo, topologia lógica, volumes, máscaras de acesso, políticas de snapshots e parâmetros relevantes de desempenho.

10.4 - Obrigações durante a vigência da garantia e do suporte:

10.4.1 - Manter, durante todo o período de garantia contratual de 60 (sessenta) meses, suporte técnico contínuo à solução de armazenamento, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para atendimento a incidentes, falhas e dúvidas relacionadas ao funcionamento do *datastore* *Lenovo DEH4200*, ou equivalente.

10.4.2 - Substituir, às suas expensas e em regime *on-site*, qualquer peça ou componente defeituoso do *datastore* ou de seus acessórios necessários ao pleno funcionamento da solução, dentro dos prazos de atendimento e de solução estabelecidos no Contrato, sem ônus adicional para o Crea-GO.

10.4.3 - Realizar, sempre que necessário e recomendado pelo fabricante, a atualização de firmware e de microcódigo do equipamento, bem como de demais componentes de software relacionados à solução, planejando e executando tais atualizações em janelas de manutenção previamente acordadas com o Crea-GO, de modo a evitar indisponibilidades indevidas e não reduzir funcionalidades ou desempenho.

10.4.4 - Registrar todos os incidentes, chamados de suporte e intervenções realizadas na solução de armazenamento, mantendo histórico atualizado e disponibilizando relatórios gerenciais e técnicos sempre que solicitado pelo Gestor ou pelos Fiscais do Contrato, com informações sobre datas, natureza das ocorrências, causas identificadas, ações corretivas adotadas e tempos de resposta e de solução.

10.4.5 - Cumprir os níveis mínimos de serviço (SLA) estabelecidos no Contrato, incluindo, no que couber, prazos máximos para atendimento inicial e para solução de incidentes críticos, observado o limite máximo de 24 (vinte e quatro) horas para solução das ocorrências classificadas como de maior impacto à disponibilidade dos sistemas corporativos, salvo hipóteses excepcionais devidamente justificadas e aceitas pelo Crea-GO.

10.4.6 - Prestar esclarecimentos técnicos e orientações adicionais à equipe de Tecnologia da Informação do Crea-GO, sempre que solicitado, de modo a assegurar a adequada utilização, administração e evolução da solução de armazenamento durante toda a vigência contratual.

10.4.7 - Garantir que as atualizações de firmware, microcódigo e software aplicadas durante a vigência contratual sejam homologadas pelo fabricante da solução e compatíveis com o ambiente de virtualização e demais sistemas integrados, vedada a aplicação de versões experimentais ou não suportadas.

10.4.8 - Comunicar previamente ao Crea-GO, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, a realização de janelas de manutenção programadas que possam ocasionar indisponibilidade total ou parcial da solução de armazenamento, salvo em situações emergenciais devidamente justificadas e posteriormente formalizadas.

10.4.9 - Adotar, durante toda a vigência da garantia e do suporte, boas práticas de gestão de mudanças,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

mantendo registro de data, hora, responsável e descrição sucinta de cada intervenção realizada na solução de armazenamento, disponibilizando tais registros sempre que solicitado pelo Gestor ou pelos Fiscais do Contrato.

10.4.10 - Observar e cumprir, no que couber, as obrigações relativas à proteção de dados pessoais previstas na cláusula 11 (Da Lei Geral de Proteção de Dados), bem como orientações complementares formalmente emitidas pelo Crea-GO, comunicando imediatamente quaisquer incidentes de segurança que envolvam dados pessoais de que venha a ter ciência.

11 - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

11.1 - As partes comprometem-se a observar, em todas as fases da execução contratual, os princípios e fundamentos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), em especial os princípios da finalidade, necessidade, adequação, segurança, prevenção, transparência e responsabilização, naquilo que for aplicável à Contratante e à Contratada.

11.2 - Para fins deste Contrato, o Crea-GO atuará, em regra, na qualidade de controlador dos dados pessoais tratados no âmbito das atividades relacionadas ao objeto contratual, competindo à Contratada a atuação como operadora, nos termos das definições constantes do art. 5º da Lei nº 13.709/2018, sem prejuízo das situações em que a Contratada figure como controladora em relação a dados pessoais de sua própria base, nos limites da legislação aplicável.

11.3 - O tratamento de dados pessoais pela Contratada deverá limitar-se estritamente às finalidades necessárias ao cumprimento do objeto deste Contrato, sendo vedado qualquer uso diverso, excessivo ou incompatível, salvo nas hipóteses previstas em lei, tais como cumprimento de obrigação legal ou regulatória, exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, ou por determinação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) ou ordem judicial.

11.4 - A Contratada obriga-se a garantir confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações e dos dados pessoais eventualmente acessados, tratados ou armazenados em decorrência da execução contratual, responsabilizando-se por eventuais atos ilícitos de acesso, vazamento, uso indevido, perda, destruição ou tratamento irregular.

11.5 - A Contratada deverá adotar práticas de segurança da informação compatíveis com o padrão de mercado e baseadas em normas técnicas reconhecidas, como a família de normas ISO/IEC aplicáveis, implementando medidas técnicas e organizacionais aptas a proteger os dados pessoais e as informações institucionais do Crea-GO contra acessos não autorizados, incidentes de segurança e demais riscos relevantes.

11.6 - É vedado à Contratada copiar, armazenar, transferir ou de qualquer forma utilizar dados e informações do Crea-GO, incluindo dados pessoais, para finalidades estranhas ao cumprimento do Contrato ou para ambientes, mídias, sistemas ou localidades não previamente autorizados pela Contratante, ressalvadas as hipóteses legais expressas.

11.7 - Os dados e informações do Crea-GO eventualmente copiados, replicados ou gerados de forma transitória para viabilizar a implantação, migração ou testes da solução de armazenamento deverão ser eliminados, anonimizados ou devolvidos à Contratante ao término da finalidade específica que justificou o tratamento, devendo a Contratada comprovar, quando solicitado, a adoção de procedimentos seguros de descarte ou anonimização.

11.8 - A Contratada deverá orientar e instruir formalmente seus empregados, prepostos e eventuais subcontratados que tenham acesso a dados pessoais ou informações do Crea-GO acerca das obrigações previstas nesta cláusula, responsabilizando-se pelo cumprimento dessas obrigações por parte de todos aqueles que atuarem em seu nome.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

11.9 - É vedado à Contratada compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato, salvo nas hipóteses legais ou mediante autorização expressa e formal da Contratante, devendo, em qualquer caso, assegurar que eventuais terceiros observem, no mínimo, o mesmo nível de proteção de dados pessoais exigido neste instrumento.

11.10 - A Contratada declara estar ciente das disposições da LGPD aplicáveis ao presente Contrato e compromete-se a cooperar com o Crea-GO no atendimento a solicitações de titulares de dados pessoais, da ANPD, do Poder Judiciário, do Ministério Público ou de órgãos de controle, fornecendo informações e registros necessários dentro de prazo razoável e em conformidade com a regulamentação vigente.

11.11 - Em caso de incidente de segurança envolvendo dados pessoais ou informações institucionais do Crea-GO que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares ou à Administração, a Contratada deverá comunicar o fato à Contratante em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas contadas da ciência do incidente, descrevendo, no mínimo, a natureza dos dados afetados, as medidas técnicas e organizacionais adotadas para mitigar os efeitos do incidente e as providências de correção implementadas.

11.12 - A Contratada deverá manter registro das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em cumprimento ao Contrato e definir política de retenção e descarte seguro desses dados ao término da relação contratual ou da finalidade que justificou o tratamento, em conformidade com a LGPD e com as orientações da Contratante.

11.13 - Sempre que solicitado pela Contratante, a Contratada deverá firmar termo de confidencialidade específico, em complemento às disposições desta cláusula, sem prejuízo de que as obrigações de sigilo, confidencialidade e proteção de dados aqui previstas já sejam plenamente exigíveis independentemente da assinatura de documento adicional.

11.14 - O descumprimento, pela Contratada ou por terceiros por ela envolvidos na execução do Contrato, das obrigações previstas nesta cláusula e na legislação de proteção de dados poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas na LGPD e no Contrato, bem como a obrigação de indenizar o Crea-GO e/ou os titulares de dados pessoais por eventuais prejuízos direta ou indiretamente decorrentes do incidente ou tratamento irregular.

11.15 - O Crea-GO poderá, sempre que julgar necessário, realizar auditorias, inspeções ou solicitar informações e evidências documentais acerca das práticas de proteção de dados pessoais e de segurança da informação adotadas pela Contratada no âmbito deste Contrato, devendo a Contratada franquear o acesso às informações pertinentes, no limite do necessário e observado o sigilo empresarial, em prazo razoável e sem ônus adicional para a Administração.

12 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1 - Em razão do valor estimado da contratação, da criticidade do objeto para a continuidade dos serviços do Crea-GO e dos riscos decorrentes de eventual inadimplemento contratual, será exigida da empresa Contratada a prestação de garantia para fiel execução do Contrato, nos termos da legislação aplicável, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato.

12.2 - A garantia de execução poderá ser prestada, a critério da Contratada, em uma das seguintes modalidades: (i) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; (ii) seguro-garantia; ou (iii) fiança bancária, devendo sua comprovação ocorrer em até o prazo fixado no Edital, contado da homologação da licitação e antes da assinatura do Contrato, permanecendo válida durante toda a vigência contratual e eventuais prorrogações.

12.3 - A exigência de garantia de execução não restringe a competitividade, por se tratar de percentual moderado, admitido pela legislação, e compatível com o risco envolvido na aquisição e manutenção de solução de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

armazenamento de alta criticidade e elevado valor agregado, cuja eventual inexecução ou interrupção pode ocasionar danos relevantes às atividades finalísticas do Crea-GO.

13 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- 13.1.1** - Der causa à inexecução parcial do Contrato;
- 13.1.2** - Der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.1.3** - Der causa à inexecução total do Contrato;
- 13.1.4** - Ensejar retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;
- 13.1.5** - Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- 13.1.6** - Praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- 13.1.7** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 13.1.8** - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 - Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1 - Advertência, quando houver descumprimento de pequena relevância ou quando der causa à infração prevista no subitem 13.1.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como nas hipóteses previstas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.4 - Multa:

- a)** Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias úteis;
- b)** Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 13.1.5 a 13.1.8, no valor de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;
- c)** Compensatória, para a infração descrita no subitem 13.1.3, no valor de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;
- d)** Compensatória, para a infração descrita no subitem 13.1.2, no valor de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;
- e)** Compensatória, para a infração descrita no subitem 13.1.1, no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada.

13.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5 - Se a multa aplicada e indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.6 - A multa poderá ser recolhida administrativamente antes do encaminhamento à cobrança judicial, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.8 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

13.8.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.8.2 - As peculiaridades do caso concreto;

13.8.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.8.4 - Os danos que dela provierem para a Contratante;

13.8.5 - A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.9 - Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

13.10 - A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial. Nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.11 - A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.12 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.13 - Os débitos da Contratada à Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com créditos devidos pela referida Administração à Contratada, decorrentes deste ou de outros contratos administrativos firmados entre as partes, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

14 - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1 - O Contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, em especial pelos motivos elencados nos arts. 137 a 140, mediante decisão motivada da Administração, assegurados à Contratada o contraditório e a ampla defesa no âmbito do processo administrativo, inclusive, entre outras, nas seguintes situações:

14.1.1 - Interesse público devidamente justificado que torne inconveniente ou inoportuna a continuidade do ajuste;

14.1.2 - Inadimplemento das obrigações contratuais pela Contratada ou descumprimento de cláusulas contratuais consideradas essenciais;

14.1.3 - Falência, recuperação judicial, dissolução ou incapacidade financeira da Contratada que comprometa a execução do objeto;

14.1.4 - Ocorrência de caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou fato da Administração que inviabilize total ou parcialmente a execução nas condições inicialmente pactuadas;

14.1.5 - Superveniência de fato que torne inútil, desnecessária ou excessivamente onerosa a manutenção do Contrato para a Administração;

14.1.6 - Demais hipóteses previstas nos arts. 137 a 140 da Lei nº 14.133/2021.

14.1.7 - Descumprimento reiterado ou injustificado dos níveis mínimos de desempenho, disponibilidade, suporte técnico e demais obrigações de garantia e manutenção estabelecidos neste Termo de Referência e no Contrato;

14.1.8 - Violação grave das obrigações de confidencialidade, segurança da informação ou proteção de dados pessoais e dados corporativos do Crea-GO, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, que possa comprometer a integridade, disponibilidade ou confidencialidade das informações armazenadas na solução de armazenamento objeto desta contratação.

14.2 - A rescisão unilateral pela Administração, nas hipóteses indicadas no item 13.1 e na legislação aplicável, observará procedimento administrativo formal, com registro nos autos do processo de contratação, notificação prévia da Contratada e concessão de prazo razoável para apresentação de defesa e de documentos pertinentes, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

14.3 - A rescisão amigável poderá ser promovida por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração e que a Contratada mantenha o cumprimento das obrigações essenciais até a data fixada para a extinção, observados os requisitos legais e a formalização por termo específico.

14.4 - A extinção do Contrato, seja por término de vigência, rescisão unilateral, rescisão amigável ou por inadimplemento da Contratada, não afastará as responsabilidades remanescentes desta, incluindo, no que couber, a reparação de danos causados, o cumprimento das obrigações de garantia, a responsabilidade por incidentes de segurança da informação e de proteção de dados pessoais, a colaboração com eventuais investigações e auditorias, bem como a entrega ou atualização da documentação técnica necessária à continuidade da operação da solução de armazenamento.

14.5 - Em qualquer hipótese de rescisão contratual, o Crea-GO terá acesso irrestrito aos logs, registros técnicos, relatórios de incidentes, configurações e demais informações relacionadas à instalação, configuração, migração, testes e operação da solução de armazenamento, devendo a Contratada disponibilizar esses dados em formato adequado, preferencialmente aberto e não proprietário sempre que possível, e dentro do prazo estabelecido pela Administração, de modo a assegurar a rastreabilidade das ações realizadas e a continuidade da prestação dos serviços de Tecnologia da Informação.

14.6 - Em caso de rescisão, a Contratada deverá, sempre que solicitado pelo Crea-GO, proceder à remoção ordenada de equipamentos de sua propriedade instalados nas dependências da Contratante, inclusive equipamentos defeituosos ou



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

substituídos, responsabilizando-se por todos os custos de desinstalação, transporte e destinação ambientalmente adequada, bem como por eventuais danos causados às instalações físicas ou à infraestrutura de tecnologia da informação durante tais atividades.

14.7 - A extinção do Contrato deverá ser formalizada por ato escrito e motivado da Administração, com registro nos autos do processo de contratação e nos sistemas oficiais de acompanhamento, permanecendo válidas as sanções eventualmente aplicadas e as obrigações contratuais que, por sua natureza, subsistam ao término da relação contratual.

15 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, consignada no orçamento do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - Crea-GO para o exercício de 2026: 6.2.2.1.1.02.01.03.006 - Equipamentos de Processamento de Dados.

15.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16 - DOS CASOS OMISSOS

16.1 - Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

17 - DA BASE LEGAL E DA VINCULAÇÃO

17.1 - O presente Contrato rege-se:

17.1.1 - Pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

17.1.2 - Pelas demais normas federais aplicáveis às contratações públicas;

17.1.3 - Pelos preceitos de direito público;

17.1.4 - Supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado.

17.2 - Integram e vinculam o presente Contrato, para todos os fins:

17.2.1 - O Edital do PREGÃO ELETRÔNICO n.º 90007/2026;

17.2.2 - O Termo de Referência e seus anexos;

17.2.3 - A proposta da Contratada;

17.2.4 - Os demais documentos que compõem o Processo Administrativo n.º 30251/2026, no que couber.

18 - DAS ALTERAÇÕES

18.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelas disposições dos arts. 124 a 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

18.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

18.3 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, contado da data de sua implementação, nos termos do art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

18.4 - Registros que não caracterizem alteração do Contrato poderão ser realizados por meio de apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

19 - DA PUBLICAÇÃO

19.1 - Em atenção ao disposto no art. 94 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no art. 174 da Lei nº 14.133/2021, no art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, caberá ao Crea-GO:

19.1.1 - Disponibilizar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) o inteiro teor do Contrato e de seus anexos, bem como de seus eventuais termos aditivos, na forma da lei;

19.1.2 - Disponibilizar no Portal da Transparência do Crea-GO o inteiro teor do Contrato e de seus anexos, bem como as informações complementares exigidas pela legislação aplicável.

20 - DO FORO

20.1 - Fica eleito o foro da Justiça Federal no Estado de Goiás para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato que não possam ser resolvidas na esfera administrativa.

20.2 - E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento a Contratante, a Contratada e as testemunhas abaixo identificadas.

Goiânia, aos _____ dias do mês de _____ de 2026.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás
Engenheiro Lamartine Moreira Junior
Presidente do Crea-GO
Contratante

Razão Social
Representante Legal
Contratada

